



# PREGÃO ELETRÔNICO

90014/2026

**CONTRATANTE (UASG)**  
**(158099)**

## **OBJETO**

Aquisição de alimentos p/ animais, sementes, mudas de plantas e insumos

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**  
**R\$ 1.675.042,96**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**  
Dia 18/05/2026 às 9h (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**  
Menor preço por item

**MODO DE DISPUTA:**  
Aberto e fechado

**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**  
**SIM**

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**  
**NÃO**



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO .....	11
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	12
10. DO TERMO DE CONTRATO .....	14
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	15
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	16
13. DOS RECURSOS.....	16
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	17
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	19
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	20

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO  
CAMPUS UBERABA****PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90014/2026**

(Processo Administrativo n.º 23200.016582/2025-51)

Torna-se público que o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO – CAMPUS UBERABA, por meio da Coordenação de Licitações, Compras e Contratos - CLCC, sediado na Rua João Batista Ribeiro, nº 4000, Distrito Industrial II CEP: 38064-790 - Uberaba / MG, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é **registro de preços para aquisição de alimentos para animais, sementes, mudas de plantas e insumos**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para todos os itens, com exceção dos itens **6, 11, 55 e 64**, a participação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do ~~Projeto Básico~~ ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.5 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.6 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.7 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.8 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 3.9.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.15. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### 4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

#### 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa

Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora

ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 6.1.1 Valor unitário e total do item;
- 6.1.2 Marca, quando for o caso.
- 6.1.3 Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo indicado no termo de referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

- 6.2.1 O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/~~Projeto Básico~~, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Como o critério de julgamento é o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **vinte e cinco centésimos por cento (0,25%)**.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “**aberto e fechado**”, assim os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.3 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.19.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.1 empresas brasileiras;

7.20.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **3 (três) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.8.1 conter vícios insanáveis;
- 8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 8.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

- 8.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.14. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo **três horas** para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de

29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **3 (três) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **3 (três) horas**, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura,

mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco) dias úteis** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5 (cinco) dias úteis** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **10 (dez) dias** dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/~~Projeto Básico~~, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva,

na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:



- 13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.iftm.edu.br/licitacoes](http://www.iftm.edu.br/licitacoes).

#### **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

- 14.1.6 fraudar a licitação;
- 14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 14.2.1 advertência;
- 14.2.2 multa;
- 14.2.3 impedimento de licitar e contratar e
- 14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## 15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados, pelos seguintes meios: envio de e-mail para [compras.ura@iftm.edu.br](mailto:compras.ura@iftm.edu.br), ou por petição dirigida ou protocolada, mediante agendamento, no

endereço Rua João Batista Ribeiro, nº 4.000, Distrito Industrial II CEP: 38064-790 - Uberaba/MG, seção de Protocolo.

15.4.

15.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.iftm.edu.br/licitacoes](http://www.iftm.edu.br/licitacoes).

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Termo de Referência 1/2026;

16.11.1.1. Anexo I - ETP\_158099-000117-2025\_

16.11.2 Minuta da ata de registro de preços

16.11.2.1. Anexo a ata de registro de preços

Assinado eletronicamente

BRUNO PEREIRA GARCES  
DIRETOR(A) GERAL

---

Documento assinado eletronicamente por BRUNO PEREIRA GARCES, DIRETOR(A) GERAL, em 30/04/2026, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://iftm.edu.br/autenticacao/> informando o código verificador **4A2360A** e o código CRC **1178B2C4**.

---

Referência: NUP: 23200.004377/2026-24

DOCS nº 0000839334

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TRIA.MINEIRO

Termo de Referência 3/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	158099-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TRIA.MINEIRO	LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA CARVALHO	30/04/2026 13:00 (v0.8)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23200.016582/2025-51

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de alimentos para animais, sementes, mudas de plantas e insumos - 2025+2026 (Lista Única) para o Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) - sendo os campi demandantes: Avançado Campina Verde, Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Ordem	Cód. Item	Especificação	Catmat/ Catser	Un. Forne.	Entrega Mínima Parcelada	Preço médio (R\$)
3.3.90.30.06 - ALIMENTOS PARA ANIMAIS						
1	6256	CALCÁRIO CALCÍTICO - COMPOSIÇÃO: MATÉRIA MINERAL MÍNIMO 96,0%, CÁLCIO MÍNIMO 36,0%, MAGNÉSIO MÁXIMO 3,0 %, EM PÓ/ DENSIDADE/ COR (BRANCO OU CINZA) FILLER INGREDIENTE PARA ALIMENTAÇÃO / SUPLEMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL	BR0477791	EMBALAGEM 50,00 QUILOGRAMA		39,41
	Solicitantes				Quantidade	Valor (R\$)
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				2	78,82
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				30	1.182,30
	TOTAIS				32	1.261,12
	6095	CALCÁRIO CALCÍTICO GRANULADO - DGM DE 3 A 4 MM - INGREDIENTE PARA RAÇÃO ANIMAL COM PARTÍCULAS DE GRANULOMETRIA (DGM) DE 3 A 4 MILÍMETROS; BAIXO TEOR DE MAGNÉSIO; CÁLCIO (CA) MÍNIMO DE 370,00G/KG; MAGNÉSIO (MG) MÁXIMO DE 8000,00MG/KG PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO / SUPLEMENTAÇÃO ANIMAL	BR0233061	QUILOGRAMA		0,90
	Solicitantes				Quantidade	Valor (R\$)

2	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				100	90,00
	TOTAIS				100	90,00
3	6896	FARELO DE ALGODÃO (DE 28% A 30% DE PROTEÍNA BRUTA) - INGREDIENTE BÁSICO SEMENTE ALGODÃO, 88% DE MATÉRIA SECA PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL: NO SETOR DE BOVINOCULTURA	BR0233937	SACO 50,00 QUILOGRAMA		114,00
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				150	17.100,00
	TOTAIS				150	17.100,00
4	6250	FARELO DE ALGODÃO (DE 38% A 40% DE PROTEÍNA BRUTA) - INGREDIENTE BÁSICO: SEMENTE DE ALGODÃO; 88% DE MATÉRIA SECA INGREDIENTE PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL	BR0233936	SACO 50,00 QUILOGRAMA		114,00
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				10	1.140,00
	TOTAIS				10	1.140,00
5	15863	FARELO DE SOJA (MÍNIMO DE 44% DE PROTEÍNA BRUTA) - MOÍDO E ENSACADO. COMPOSIÇÃO: MÍNIMO 44% DE PROTEÍNA BRUTA; MÁXIMO 12,5% DE TEOR DE UMIDADE; MÁXIMO 2,5% DE TEOR DE GORDURA RESIDUAL; MÁXIMO 7,0% DE TEOR DE FIBRA; MÁXIMO 6,5% DE TEOR DE CINZA; MÁXIMO 0,5% DE INSOLÚVEIS EM ÁCIDO CLORÍDRICO (SÍLICA E OUTROS); ATIVIDADE UREÁTICA COM VARIAÇÃO DE PH NA FAIXA DE 0,05 A 0,25. LIVRE DE MATÉRIAS ESTRANHAS À SUA COMPOSIÇÃO. PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL	BR0293585	SACO 50,00 QUILOGRAMA		153,38
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				450	69.021,00
	TOTAIS				450	69.021,00
6	6088	FARELO DE SOJA (MÍNIMO DE 46% DE PROTEÍNA BRUTA) - UMIDADE MÁXIMA 12,0%; PROTEÍNA BRUTA MÍNIMA 46,0%; SOLUBILIDADE EM KOH 0,2% MÍNIMA 80,0%; ATIVIDADE UREÁTICA MÍNIMA 0,05% / ATIVIDADE UREÁTICA MÁXIMA 0,30%; EXTRATO ETÉREO MÍNIMO 0,50%; SIF PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL	BR0246740	SACO 50,00 QUILOGRAMA		153,58
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				340	52.217,20
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				450	69.111,00
	TOTAIS				790	121.328,20
		FARELO DE TRIGO (MÍNIMO DE 16%				

	6882	DE PROTEÍNA BRUTA) - UMIDADE MÁXIMA 13%, INGREDIENTE BÁSICO MÍNIMO 16% PROTEÍNA BRUTA, MATÉRIA MINERAL MÁXIMO 6.5%, SIF, PRAZO DE VALIDADE 60 DIAS A CONTAR DA ENTREGA PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL	BR0218289	SACO 40,00 QUILOGRAMA		78,73
7	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				145	11.415,85
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				60	4.723,80
	TOTAIS				205	16.139,65
	10525	FENO DE CAPIM TIFTON (MÍNIMO DE 12% DE PROTEÍNA BRUTA) - COM 87 A 90% MATÉRIA SECA PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL	BR0453421	QUILOGRAMA		2,24
8	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				2000	4.480,00
	TOTAIS				2000	4.480,00
	12589	FOSFATO BICÁLCICO - COMPOSIÇÃO BÁSICA: CÁLCIO 23% / FÓSFORO 18%. ASPECTO FÍSICO: PÓ. PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL	BR0297314	SACO 50,00 QUILOGRAMA		404,85
9	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				5	2.024,25
	TOTAIS				5	2.024,25
	6895	FOSFATO BICÁLCICO SEM MICRONUTRIENTES - COMPOSIÇÃO BÁSICA: CÁLCIO 23% / FÓSFORO 18%. ASPECTO FÍSICO: PÓ. INGREDIENTE PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL: NO SETOR DE BOVINOCULTURA	BR0297314	QUILOGRAMA		9,07
10	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				100	907,00
	TOTAIS				100	907,00
	6058	MILHO TIPO GRÃO PARA NUTRIÇÃO ANIMAL - UMIDADE MÁXIMA DE 13% E SEM PRESENÇA DE INSETOS PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL	BR0241543	TONELADA		1.550,63
11	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				60	93.037,80
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				50	77.531,50
	TOTAIS				110	170.569,30
		NÚCLEO CONCENTRADO PARA RAÇÃO COM ANTIOXIDANTE 2,5 G (PARA AVES DE CORTE FINAL) - NÍVEIS DE GARANTIA: UMIDADE MÁXIMA 12%, PROTEÍNA BRUTA MÍNIMA 17%, EXTRATO ETÉREO MÍNIMA 2%, MATÉRIA FIBROSA MÁXIMA 5%, MATÉRIA MINERAL MÁXIMA 70%, CÁLCIO MÁXIMA 20% FÓSFORO MÍNIMO, 0,6% VITAMINA A 90.000 UI, VITAMINA D3 24.000 UI,				



	6255	VITAMINA E 300 UI, VITAMINA K 20 MG, TIAMINA (B1) 36 MG, RIBOFLAVINA (B2) 90 MG, PIRIDOXINA (B6) 40 MG, VITAMINA B12 200 MCG, ÁCIDO PANTOTÊNICO 200 MG, NIACINA 700 MG, METIONINA 12.000 MG, ÁCIDO FÓLICO 10 MCG, COLINA 4.000 MG, SELÊNIO 5 MG MANGANÊS 2.000 MG, ZINCO 1.250 MG, FERRO 1.250 MG, COBRE 200 MG, IODO 25 MG, ANTIOXIDANTE 2,5 G	BR0218097	EMBALAGEM 20,00 QUILOGRAMA		71,99
12	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				4	287,96
	TOTAIS				4	287,96
	6254	NÚCLEO CONCENTRADO PARA RAÇÃO COM ANTIOXIDANTE 2,5 G (PARA AVES DE CORTE NA FASE DE CRESCIMENTO) - NÍVEIS DE GARANTIA: UMIDADE MÁXIMA 12%, PROTEÍNA BRUTA MÍNIMA 17%, EXTRATO ETÉREO MÍNIMA 2%, MATÉRIA FIBROSA MÁXIMA 5%, MATÉRIA MINERAL MÁXIMA 70%, CÁLCIO MÁXIMO 19%, FÓSFORO MÍNIMO 0,6%, VITAMINA A 90.000 UI, VITAMINA D3 24.000 UI, VITAMINA E 300 UI, VITAMINA K 20 MG, TIAMINA (B1) 36 MG, RIBOFLAVINA (B2) 90 MG, PIRIDOXINA (B6) 40 MG, VITAMINA B12 200 MCG, ÁCIDO PANTOTÊNICO (B5) 200 MG, NIACINA (B3) 700 MG, METIONINA 18.000 MG, ÁCIDO FÓLICO (B9) 10 MCG, COLINA 4.000 MG, SELÊNIO 6 MG, MANGANÊS 1.600 MG, ZINCO 1.000 MG, FERRO 1.000 MG, COBRE 160 MG, IODO 20 MG, COCCIDICIDA 2 G, PROMOTOR DE CRESCIMENTO 200 MG PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL	BR0294165	SACO 25,00 QUILOGRAMA		172,14
13	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				10	1.721,40
	TOTAIS				10	1.721,40
		NÚCLEO CONCENTRADO PARA RAÇÃO (PARA AVES DE CORTE NA FASE DE CRESCIMENTO) - FORMA FÍSICA: FARELADO. NÍVEIS DE GARANTIA: CÁLCIO (MIN) 190G/KG, FÓSFORO (MIN) 60G/KG, SÓDIO 26G /KG, VITAMINA A 90.000 UI/KG, VITAMINA D3 24.000 UI/KG, VITAMINA E 300 UI/KG, VITAMINA K 20 MG/KG, TIAMINA (B1) 36 MG/KG, RIBOFLAVINA (B2) 90 MG/KG, ÁCIDO PANTOTÊNICO 200 MG/KG, NIACINA 700 MG/KG, VITAMINA B6 40 MG/KG, ÁCIDO FÓLICO 11 MG/KG, VITAMINA				

	6874	B12 200 MCG/KG, METIONINA 18 G /KG, COLINA 5.000 MG/KG, SELÊNIO 6 MG/KG, MANGANÊS 1.600 MG/KG, ZINCO 1.300 MG/KG, FERRO 630 MG /KG, COBRE 160 MG/KG, IODO 20 MG /KG, AVILAMICINA 200 MG/KG, SALINOMICINA 1200 MG/KG, ANTIOXIDANTE 60 MG/KG. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 180 DIAS NA DATA DE ENTREGA. (PRODUTO REFERÊNCIA NO MERCADO: NN NUTRINÚCLEO CORTE CRESCIMENTO CLEAN) PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL: PARA FRANGOS DE CORTE A PARTIR DE 22 DIAS DE IDADE ATÉ 5 DIAS ANTES DO ABATE	BR0294173	SACO 25,00 QUILOGRAMA		144,27
14	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				10	1.442,70
	TOTAIS				10	1.442,70
	6253	NÚCLEO CONCENTRADO PARA RAÇÃO (PARA AVES DE CORTE NA FASE INICIAL) - NÍVEIS DE GARANTIA: CÁLCIO (MIN) 190G/KG, FÓSFORO (MIN) 60G/KG, SÓDIO 26G /KG, VITAMINA A 120.000 UI/KG, VITAMINA D3 30.000 UI/KG, VITAMINA E 400 UI/KG, VITAMINA K 30 MG/KG, TIAMINA (B1) 40 MG/KG, RIBOFLAVINA (B2) 130 MG/KG, ÁCIDO PANTOTÊNICO 200 MG/KG, NIACINA 800 MG/KG, BIOTINA 1,6 MG /KG, VITAMINA B6 60 MG/KG, ÁCIDO FÓLICO 20 MG/KG, VITAMINA B12 300 MCG/KG, METIONINA 22 G/KG, COLINA 4.000 MG/KG, SELÊNIO 6 MG /KG, MANGANÊS 1.600 MG/KG, ZINCO 1.300 MG/KG, FERRO 630 MG /KG, COBRE 160 MG/KG, IODO 20 MG /KG, AVILAMICINA 200 MG/KG, NICARBAZINA 2000 MG/KG, ANTIOXIDANTE 60 MG/KG. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 180 DIAS NA DATA DE ENTREGA. (REFERÊNCIA - OU EQUIVALENTE / OU SIMILAR A: NN NUTRINÚCLEO CORTE INICIAL CLEAN) PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL: INDICADO PARA FRANGOS DE CORTE NA FASE INICIAL.	BR0218097	SACO 25,00 QUILOGRAMA		92,02
15	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				10	920,20
	TOTAIS				10	920,20
		NÚCLEO CONCENTRADO PARA RAÇÃO (PARA AVES POEDEIRAS) - NÍVEIS DE GARANTIA: CÁLCIO (MIN) 190G/KG, FÓSFORO (MIN) 55G/KG, SÓDIO 22G/KG, VITAMINA A 140.000				

		UI/KG, VITAMINA D3 40.000 UI/KG, VITAMINA E 200 UI/KG, VITAMINA K 20 MG/KG, TIAMINA (B1) 30 MG/KG, RIBOFLAVINA (B2) 85 MG/KG, ÁCIDO PANTOTÊNICO 210 MG/KG, NIACINA 540 MG/KG, BIOTINA 2 MG/KG, VITAMINA B6 40 MG/KG, ÁCIDO FÓLICO 10 MG/KG, VITAMINA B12 200 MCG/KG, METIONINA 15 G/KG, COLINA 5.000 MG/KG, SELÊNIO 6 MG /KG, MANGANÊS 1.600 MG/KG, ZINCO 1.300 MG/KG, FERRO 630 MG /KG, COBRE 160 MG/KG, IODO 20 MG /KG, ANTIOXIDANTE 60 MG/KG. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 180 DIAS NA DATA DE ENTREGA. (REFERÊNCIA - OU EQUIVALENTE / OU SIMILAR A: NN NUTRINÚCLEO POSTURA CLEAN) PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL: INDICADO PARA POEDEIRAS NA FASE DE PRODUÇÃO. PARA POEDEIRAS A PARTIR DA 18ª SEMANA DE IDADE OU DA POSTURA DO PRIMEIRO OVO (PREVALECENDO O QUE OCORRER PRIMEIRO).				
	6067		BR0294167	SACO 20,00 QUILOGRAMA		118,80
16	Solicitantes				Quantidade	Valor (R\$)
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				70	8.316,00
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				25	2.970,00
	TOTAIS				95	11.286,00
17	6070	NÚCLEO CONCENTRADO PARA RAÇÃO (PARA BOVINOS) - NÍVEIS DE GARANTIA POR QUILOGRAMA: IODO 50 MG / VITAMINA A 200000 UI / NIACINA (VITAMINA B3) 180 MG / FERRO 1300 MG / VITAMINA D3 31000 UI / MANGANÊS 1400 MG / VITAMINA B2 25,0 MG / PANTOTENATO DE CÁLCIO (VITAMINA B5) 50 MG / SELÊNIO 12,0 MG / POTÁSSIO 5 MG / SÓDIO 50 G / VITAMINA E 1000 MG / COBRE 500 MG / COBALTO 50 MG / ZINCO 2010 MG / VITAMINA B12 1750 MCG / ENXOFRE 8.0 G / CLORO 80 G / LASALOCIDA SÓDICA 600 MG / MAGNÉSIO 8.0 G / UMIDADE MÁXIMA 13% / CÁLCIO MÁXIMA 194% / FÓSFORO MÍNIMA 45% / INCLUSÃO MÍNIMA DE 4% PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL: PARA BEZERROS	BR0444890	SACO 20,00 QUILOGRAMA		266,20
	Solicitantes				Quantidade	Valor (R\$)
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				48	12.777,60
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				80	21.296,00
	TOTAIS				128	34.073,60
		NÚCLEO CONCENTRADO PARA				

	6059	RAÇÃO (PARA BOVINOS EM LACTAÇÃO) - NÍVEIS DE GARANTIA POR QUILOGRAMA: IODO 18 MG; VITAMINA A 100000 UI; FERRO 625 MG; VITAMINA D3 20000 UI; MANGANÊS 960 MG; SELÊNIO 8.6 MG; SÓDIO 42 G; VITAMINA E 600 MG; COBRE 300 MG; COBALTO 9.0 MG; ZINCO 960 MG; ENXOFRE 4.0 G; CLORO 30 G; MONENSINA SÓDICA 250 MG; MAGNÉSIO 10.0 G, UMIDADE (MÁXIMA) 13%; CÁLCIO (MÁXIMA) 235%; FÓSFORO (MÍNIMA) 30%, INCLUSÃO MÍNIMA DE 4% PARA VACAS EM LACTAÇÃO. PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL	BR0273751	SACO 20,00 QUILOGRAMA		157,40
18	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				78	12.277,20
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				85	13.379,00
	TOTAIS				163	25.656,20
	6888	NÚCLEO CONCENTRADO PARA RAÇÃO (PARA OVINOS) - COMPLETO, PARA DILUIR (INCLUSÃO DE 40 KG/T DE RAÇÃO). FORMULADO COM 4.0% DE FÓSFORO. MACRO E MICROELEMENTOS MINERAIS E VITAMINAS A / D / E. COMPOSIÇÃO BÁSICA DO PRODUTO: SÓDIO 55 G /KG; FÓSFORO 40 G/KG; SELÊNIO (MIN.) 12,5 MG/KG; VITAMINA E (MÍN.) 1000 UI/KG; MONENSINA 750 MG/KG. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 180 DIAS NA DATA DE ENTREGA. (PRODUTO REFERÊNCIA NO MERCADO: GUABINÚCLEO OVINOS 40 RM) PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL: INDICADO PARA FORMULAÇÃO DE RAÇÕES PARA OVINOS NAS FASES INICIAL, CRESCIMENTO, ENGORDA, LACTAÇÃO E MANUTENÇÃO	BR0294309	SACO 25,00 QUILOGRAMA		169,38
19	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				30	5.081,40
	TOTAIS				30	5.081,40
		NÚCLEO CONCENTRADO PARA RAÇÃO (PARA POEDEIRAS COMERCIAIS) - VITAMINA A (MIN) 320000 UI, VITAMINA D3 (MIN) 80000 UI, VITAMINA E (MIN) 600MG, VITAMINA K3 80 MG, VITAMINA B2 (MIN) 160 MG, VITAMINA B6 (MIN) 40 MG, VITAMINA B12 (MIN) 400 MCG, NIACINA (MIN) 796 MG, AC. PANTOTÊNICO (MIN) 214 MG, AC. FÓLICO 8 MG, MANGANÊS 3000 MG, ZINCO 2800 MG, FERRO 2000 MG,				

	6252	COBRE 340 MG, SÓDIO 53 G, CÁLCIO (MAX) 17%, FÓSFORO (MIN) 14%, IODO 60 MG, SELÊNIO 10 MG, COBALTO 8 MG, METIONINA (MIN) 35640 MG, COLINA (MIN) 10150 MG, ANTIOXIDANTE 3000 MG, PROTEÍNA BRUTA (MIN) 2%, MATÉRIA MINERAL (MAX) 55%. NÍVEL DE INCLUSÃO DE 2,5 % NA RAÇÃO. PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL	BR0294100	SACO 25,00 QUILOGRAMA		208,38
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				50	10.419,00
20	TOTAIS				50	10.419,00
	6063	NÚCLEO CONCENTRADO PARA RAÇÃO (PARA SUÍNOS EM CRESCIMENTO) - NÍVEIS DE GARANTIA POR QUILOGRAMA: METIONINA 15.000 MG, IODO 12,5 MG, VITAMINA A 175.000 UI, NIACINA 600 MG, FERRO 2.462,5 MG, VITAMINA D3 30.000 UI, MANGANÊS 250 MG, VITAMINA K3 36,0 MG, VITAMINA B2 120,0 MG, ÁCIDO FÓLICO 12,0 MG, PANTOTENATO DE CÁLCIO 490 MG, PROMOTOR DE CRESCIMENTO E EFICIÊNCIA ALIMENTAR 625 MG, SELÊNIO 7,5 MG, VITAMINA B6 38,75 MG, BIOTINA 1.499,0 MCG, COLINA 5.000 MG, VITAMINA E 375,0 UI, COBRE 3.125 MG, VITAMINA B1 30,75 MG, ZINCO 2.500 MG, LISINA 50.000 MG, COBALTO 15,0 MG, VITAMINA B12 449,0 MCG, ANTIOXIDANTE 3.125 MG. NÍVEIS DE GARANTIA DO PRODUTO: UMIDADE MÁXIMA 13%, MATÉRIA FIBROSA MÁXIMA 4,8%, EXTRATO ETÉREO MÍNIMA 2,0%, PROTEÍNA BRUTA MÍNIMA 15,0 %, CÁLCIO MÁXIMA 21,0%, FÓSFORO (MIN.) 5,0%, MATÉRIA MINERAL MÁXIMA 70%, INCLUSÃO MÍNIMA DE 4%. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM 30 KG. PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL	BR0282037	EMBALAGEM 30,00 QUILOGRAMA		118,11
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				30	3.543,30
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				15	1.771,65
21	TOTAIS				45	5.314,95
		NÚCLEO CONCENTRADO PARA RAÇÃO (PARA SUÍNOS EM CRESCIMENTO E TERMINAÇÃO) - COMPOSIÇÃO: ÁCIDO FÓLICO, CALCÁRIO CALCÍTICO, FOSFATO BICÁLCICO, IODATO DE CÁLCIO, ÓXIDO DE ZINCO, SELENITO DE SÓDIO, SULFATO DE COBRE,				

		VITAMINA A, VITAMINA B1, VITAMINA B12, VITAMINA B2, VITAMINA B6, VITAMINA D3, VITAMINA E, VITAMINA K, ÁCIDO NICOTÍNICO, BIOTINA, PROMOTORES DE CRESCIMENTO, CLORETO DE SÓDIO, SULFATO DE MANGANÊS, PANTOTENATO DE CÁLCIO, CLORETO DE COLINA, L-LISINA, ANTIOXIDANTE, VEÍCULO Q. S.P. NÍVEIS DE GARANTIA: ÁCIDO FÓLICO 12.00 MG, SELÊNIO 3.70 MG, COBRE 5010.00 MG, PANTEOTENATO DE CÁLCIO 375.00 MG, BIOTINA 100.00 MG. MANGANÊS 575.00 MG, IODO 10.00 MG, CÁLCIO 195.00 G, FÓSFORO 64.00 G, SÓDIO 49.00 G, FLÚOR MÁXIMO 610.00 MG, COLINA 7.50 G, NIACINA 520.00 MG, PROMOTOR DE CRECIMENTO 1250.00 MG. LISINA 30.00 G. ZINCO 2010.00 MG, VITAMINA K 50.00 G. ANTIOXIDANTE 110.00 MG, VITAMINA A 150000.00 UI/KG, VITAMINA B1 31.00 MG, VITAMINA B12 370.00 MCG, VITAMINA B2 5400 MG, VITAMINA B6 3100 MG, VITAMINA D3 37540.00 UI/KG, VITAMINA E 325.00 MG, ACIDIFICANTES 80.00 G, EVENTUAIS SUBSTITUTOS BACITRACINA DE ZINCO, CARBONATO DE COBRE, FARINHA DE CARNE E OSSOS, IODATO DE POTÁSSIO, SULFATO DE ZINCO, FARINHA DE CARNE, INCLUSÃO DO NÚCLEO NA RAÇÃO 4.0% CRESCIMENTO, 3.0% TERMINAÇÃO PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL				
	6887		BR0294173	SACO 20,00 QUILOGRAMA		152,60
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				62	9.461,20
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				30	4.578,00
22	TOTAIS				92	14.039,20
		NÚCLEO CONCENTRADO PARA RAÇÃO (PARA SUÍNOS EM FASE INICIAL) - NÍVEIS DE GARANTIA POR QUILOGRAMA: METIONINA 3.000 MG, IODO 2,5 MG, VITAMINA A 41.000 UI, NIACINA 135 MG, FERRO 344 MG, VITAMINA D3 7.560 UI, MANGANÊS 40 MG, VITAMINA K 310,8 MG, VITAMINA B2 18,3 MG, ÁCIDO FÓLICO 2,97 MG, PANTOTENATO DE CÁLCIO 64,8 MG, PROMOTOR DE CRESCIMENTO E EFICIÊNCIA ALIMENTAR 400 MG, SELÊNIO 1,26 MG, VITAMINA B6 10,0 MG, BIOTINA 486,0 MCG, COLINA 1.500 MG, VITAMINA E 162,0 UI,				

	6061	COBRE 575 MG, VITAMINA B1 6,48 MG, ZINCO 400 MG, LISINA 15.000 MG, COBALTO 2,5 MG, TREONINA 4.000 MG, VITAMINA B12 84,6 MCG, PALATABILIZANTE 200 MG, ANTIOXIDANTE 500 MG, ACIDIFICANTE 20.000 MG. NÍVEIS DE GARANTIA DO PRODUTO: UMIDADE MÁXIMA 13%, MATÉRIA FIBROSA MÁXIMA 3,0%, EXTRATO ETÉREO MÍNIMA 3,0%, PROTEÍNA BRUTA MÍNIMA 14,0 %, CÁLCIO MÁXIMA 2,7%, FÓSFORO MÍNIMA 1,2%, MATÉRIA MINERAL MÁXIMA 15%, INCLUSÃO MÍNIMA DE 25%. PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL	BR0327820	SACO 25,00 QUILOGRAMA		107,50
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				10	1.075,00
23	TOTAIS				10	1.075,00
	6062	NÚCLEO CONCENTRADO PARA RAÇÃO (PARA SUÍNOS EM FASE INICIAL 2) - NÍVEIS DE GARANTIA POR QUILOGRAMA: METIONINA 6.000 MG, IODO 12,0 MG, VITAMINA A 207.000 UI, NIACINA 675 MG, FERRO 1.720 MG, VITAMINA D3 37.800 UI, MANGANÊS 200 MG, VITAMINA K3 54,0 MG, VITAMINA B2 91,8 MG, ÁCIDO FÓLICO 14,5 MG, PANTOTENATO DE CÁLCIO 324 MG, PROMOTOR DE CRESCIMENTO E EFICIÊNCIA ALIMENTAR 1.600 MG, SELÊNIO 6 MG, VITAMINA B6 50,0 MG, BIOTINA 2.430,0 MCG, COLINA 2.000 MG, VITAMINA E 810,0 MG, COBRE 2.879 MG, VITAMINA B1 32,4 MG, ZINCO 2.000 MG, LISINA 31.500 MG, COBALTO 12,0 MG, TREONINA 4.000 MG, VITAMINA B12 423,0 MCG, ANTIOXIDANTE 2.500 MG. NÍVEIS DE GARANTIA DO PRODUTO: UMIDADE MÁXIMA 13%, MATÉRIA FIBROSA MÁXIMA 4,0%, EXTRATO ETÉREO MÍNIMA 0,5%, PROTEÍNA BRUTA MÍNIMA 12,0 %, CÁLCIO MÁXIMA 13,5%, FÓSFORO MÍNIMA 5,5%, MATÉRIA MINERAL MÁXIMA 59,0%, INCLUSÃO MÍNIMA DE 5% PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL	BR0327826	SACO 25,00 QUILOGRAMA		94,71
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				10	947,10
24	TOTAIS				10	947,10
		NÚCLEO CONCENTRADO PARA RAÇÃO (PARA SUÍNOS EM FASE PRÉ-INICIAL) - NÍVEIS DE GARANTIA POR QUILOGRAMA: METIONINA 1.500 MG, IODO 1,5 MG, VITAMINA A 17.550 UI, NIACINA 56 MG, FERRO				

		143 MG, VITAMINA D3 3.150 UI, MANGANÊS 25 MG, VITAMINA K3 4,5 MG, VITAMINA B2 7,6 MG, ÁCIDO FÓLICO 1,2 MG, PANTOTENATO DE CÁLCIO 27 MG, PROMOTOR DE CRESCIMENTO E EFICIÊNCIA ALIMENTAR 250 MG, SELÊNIO 0,52 MG, VITAMINA B6 5,2 MG, BIOTINA 202,5 MCG, COLINA 1.500 MG, VITAMINA E 67,5 UI, COBRE 239 MG, VITAMINA B1 2,7 MG, ZINCO 250 MG, LISINA 13.000 MG, COBALTO 1,5 MG, TREONINA 3.000 MG, VITAMINA B12 35,2 MCG, PALATABILIZANTE 125 MG, ANTIOXIDANTE 320 MG, ACIDIFICANTE 25.000 MG. NÍVEIS DE GARANTIA DO PRODUTO: UMIDADE MÁXIMA 13%, MATÉRIA FIBROSA MÁXIMA 3,0%, EXTRATO ETÉREO MÍNIMA 3,0%, PROTEÍNA BRUTA MÍNIMA 18,7 %, CÁLCIO MÁXIMA 1,6%, FÓSFORO MÍNIMA 0,87%, MATÉRIA MINERAL MÁXIMA 12%, INCLUSÃO MÍNIMA DE 40 % PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL				
	6060	ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL	BR0327820	SACO 20,00 QUILOGRAMA		64,80
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				50	3.240,00
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				10	648,00
25	TOTAIS				60	3.888,00
		NÚCLEO CONCENTRADO PARA RAÇÃO (PARA SUÍNOS EM GESTAÇÃO) - NÍVEIS DE GARANTIA POR QUILOGRAMA: IODO 6.8 MG, VITAMINA A 119.000 UI, NIACINA 563 MG, FERRO 1.236 MG, VITAMINA D3 19.000 UI, MANGANÊS 250 MG, VITAMINA K3 33.8 MG, VITAMINA B2 62.5 MG, ÁCIDO FÓLICO 27.0 MG, PANTOTENATO DE CÁLCIO 248 MG, PROMOTOR DE CRESCIMENTO E EFICIÊNCIA ALIMENTAR 380 MG, SELENIO 6.8 MG, VITAMINA B6 34.0 MG, BIOTINA 2.250 MCG, COLINA 8.000 MG, VITAMINA E 563 UI, COBRE 180 MG, VITAMINA B1 18.0 MG, ZINCO 1.800 MG, VITAMINA B12 405.0 MCG, ANTIOXIDANTE 3.125 MG, UMIDADE MÁXIMA 13%, MATÉRIA FIBROSA MÁXIMA 5.0%, EXTRATO ETÉREO MÍNIMA 1.0%, PROTEÍNA BRUTA MÍNIMA 5,5 %, CÁLCIO MÁXIMA 20.0%, FÓSFORO MÍNIMA 4,6%, MATÉRIA MINERAL MÁXIMA 85%, INCLUSÃO MÍNIMA DE 4%. PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL				
	6065	NUTRIÇÃO ANIMAL	BR0294169	SACO 20,00 QUILOGRAMA		137,40
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				30	4.122,00



26	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				15	2.061,00
	TOTAIS				45	6.183,00
27	6886	NÚCLEO CONCENTRADO PARA RAÇÃO (PARA SUÍNOS EM GESTAÇÃO E LACTAÇÃO) - ÁCIDO FÓLICO, CALCÁRIO CALCÍTICO, FOSFATO BICÁLCICO, IODATO DE CÁLCIO, ÓXIDO DE ZINCO, SELENITO DE SÓDIO, SULFATO DE COBRE, VITAMINA A, VITAMINA B1, VITAMINA B12, VITAMINA B2, VITAMINA B6, VITAMINA D3, VITAMINA E, VITAMINA K, ÁCIDO NICOTÍNICO, BIOTINA, CLORETO DE SÓDIO, SULFATO DE MANGANÊS, PANTOTENATO DE CÁLCIO, CLORETO DE COLINA, L-LISINA, ANTIOXIDANTE, VEÍCULO Q.S.P., NÍVEIS DE GARANTIA: ÁCIDO FÓLICO 8.30 MG, SELÊNIO 2.50 MG, COBRE 3334.00 MG, PANTEOTENATO DE CÁLCIO 250.00 MG, BIOTINA 1.70 MG. MANGANÊS 383.00 MG, IODO 6.50 MG, CÁLCIO 170.00 G, FÓSFORO 67.00 G, SÓDIO 32.00 G, FLÚOR MÁXIMO 620.00 MG, COLINA 5.00 G, NIACINA 333.00 MG, ZINCO 1333.00 MG, VITAMINA K 33.30 G. ANTIOXIDANTE 100.00 MG, VITAMINA A 100000.00 UI/KG, VITAMINA B1 21.00 MG, VITAMINA B12 250.00 MCG, VITAMINA B2 5500 MG, VITAMINA B6 2100 MG, VITAMINA D3 25000.00 UI/KG, VITAMINA E 217.00 MG, ACIDIFICANTES 80.00 G, EVENTUAIS SUBSTITUTOS CARBONATO DE COBRE, IODETO DE POTÁSSIO, SULFATO DE ZINCO, COMPLEXO DE ZINCO AMINOÁCIDO, OBS INCLUSÃO DO CONCENTRADO NA RAÇÃO 4.0% PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL	BR0294169	SACO 20,00 QUILOGRAMA		137,40
	Solicitantes				Quantidade	Valor (R\$)
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				50	6.870,00
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				15	2.061,00
	TOTAIS				65	8.931,00
		RAÇÃO COMPLETA PARA BOVINOS EM LACTAÇÃO (MÍNIMO DE 18% DE PROTEÍNA BRUTA) - COMPOSIÇÃO: UMIDADE (%): 12,5; MATÉRIA MINERAL (%): 13; PB (MÍN.): 18; EE (MÍN.): 1; MF (MÁX.): 15; CA (MÁX.): 2; P (MÍN.): 0,4. (REFERÊNCIA - OU EQUIVALENTE, OU SIMILAR A: SUPRA PROLEITE 18) PARA VACAS EM LACTAÇÃO (ESPECIALMENTE PARA LEITE A				

28	15560	PASTO, COM POUCA RAÇÃO SENDO SUPLEMENTADA), VACAS SECAS E NOVILHAS. PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL.	BR0374179	SACO 40,00 QUILOGRAMA		123,13
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE (UASG: 158099)				10	1.231,30
	TOTAIS				10	1.231,30
29	15559	RAÇÃO COMPLETA PARA OVINOS (MÍNIMO DE 16% DE PROTEÍNA BRUTA) - COMPOSIÇÃO: UMIDADE (MÁX): 12,5%; PROTEÍNA BRUTA (MÍN): 16%; EXTRATO ETÉREO (MÍN): 2%; MATÉRIA FIBROSA BRUTA (MÁX): 14%; MATÉRIA MINERAL (MÁX): 12%; CÁLCIO (MÁX): 2%; FÓSFORO (MÍN): 0,6%. (REFERÊNCIA - OU EQUIVALENTE / OU SIMILAR A: SUPRA OVINO) ATENDER AS NECESSIDADES NUTRICIONAIS DE CORDEIROS A ANIMAIS ADULTOS.	BR0427759	SACO 25,00 QUILOGRAMA		131,00
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE (UASG: 158099)				15	1.965,00
	TOTAIS				15	1.965,00
30	7701	RAÇÃO EXTRUSADA PARA PEIXES ALEVINOS (45% DE PROTEÍNA BRUTA) - TAMANHO DO PELET: DE APROXIMADAMENTE 1,7 MM A 2 MM PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL	BR0261918	SACO 25,00 QUILOGRAMA		129,53
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE (UASG: 158099)				10	1.295,30
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				2	259,06
	TOTAIS				12	1.554,36
31	8871	RAÇÃO EXTRUSADA PARA PEIXES EM CRESCIMENTO (32% DE PROTEÍNA BRUTA) - COM VITAMINA C POLIFOSFATADA; PARA ALTO GANHO DE PESO EM SISTEMA INTENSIVO DE PRODUÇÃO. NÍVEIS DE GARANTIA: UMIDADE (MÁX.) 100 G / PROTEÍNA BRUTA (MÍN.) 320 G / EXTRATO ETÉREO (MÍN.) 65 G / FIBRA BRUTA (MÁX.) 70 G / MATÉRIA MINERAL (MÁX.) 140 G / CÁLCIO (MÁX.) 35 G / FÓSFORO (MÍN.) 6.000 MG. (REFERÊNCIA - OU EQUIVALENE / OU SIMILAR A: GUABI PIRÁ CRESCIMENTO) INDICADO PARA CARPAS, TILÁPIAS, PACUS, PINTADOS.	BR0232103	SACO 25,00 QUILOGRAMA		98,76
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				7	691,32
	TOTAIS				7	691,32
		RAÇÃO FARELADA PARA AVES CORTE INICIAL (MÁXIMO DE 21% DE PROTEÍNA BRUTA) - COMPOSIÇÃO:				

		<p>CALCÁRIO CALCÍTICO, CLORETO DE SÓDIO (SAL COMUM), FARELO DE SOJA, FOSFATO BICÁLCICO, MILHO INTEGRAL MOÍDO (61%) E PREMIX MINERAL VITAMÍNICO AMINOÁCIDO; EVENTUAIS SUBSTITUTIVOS: FARELO DE ARROZ, FARELO DE TRIGO, MILHETO, SORGO INTEGRAL MOÍDO; NÍVEIS DE GARANTIA POR QUILOGRAMA: UMIDADE MÁXIMA 12%, PROTEÍNA BRUTA MÁXIMA 21%, EXTRATO ETÉREO MÍNIMA 2,30%, MATÉRIA FIBROSA MÁXIMA 4%, MATÉRIA MINERAL MÁXIMA 7%, CÁLCIO MÁXIMA 1%, ÁCIDO FÓLICO 1,00 MG, ÁCIDO PANTOTÊNICO 12,00, AVILAMICINA 75,00 MG, BTH (ANTIOXIDANTE) 2,00 MG, BIOTINA 0,10 MG, COBRE 10,00 MG, COLINA 800,00 MG, FERRO 50,00 MG, IODO 0,70 MG, MANGANÊS 78,00 MG, METIONINA 1.800,00 MG, NIACINA 35,00 MG, NICARBAZINA 100,00 MG, SELÊNIO 0,18 MG, VITAMINA A 4.000,00 UI, VITAMINA B1 2,00 MG, VITAMINA B2 5,00 MG, VITAMINA B6 4,00 MG, VITAMINA B12 25,00 MCG, VITAMINA C 50,00 MG, VITAMINA D3 2.500 UI, VITAMINA E 25,00 MG, VITAMINA K3 3,00 MG, ZINCO 55 MG PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL</p>				
	11090	ANIMAL	BR0218097	SACO 40,00 QUILOGRAMA		138,00
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				20	2.760,00
32	TOTAIS				20	2.760,00
		<p>RAÇÃO FARELADA PARA AVES EM POSTURA (17% DE PROTEÍNA BRUTA) - COMPOSIÇÃO: CALCÁRIO CALCÍTICO, CLORETO DE SÓDIO (SAL COMUM), FARELO DE SOJA, FOSFATO BICÁLCICO, MILHO INTEGRAL MOÍDO (61%), E PREMIX MINERAL VITAMÍNICO AMINOÁCIDO, EVENTUAIS SUBSTITUTIVOS: FARELO DE ARROZ, FARELO DE TRIGO, MILHETO, SORGO INTEGRAL MOÍDO, NÍVEIS DE GARANTIA POR QUILOGRAMA: UMIDADE MÁXIMA 12 %, PROTEÍNA BRUTA 17 %, EXTRATO ETÉRIO 2,20 %, MATÉRIA MINERAL 5,82 %, CÁLCIO MÍNIMO 28,0 / MÁXIMO 39 G, ÁCIDO FÓLICO 1,00 MG, ÁCIDO PANTOTÊNICO 12,00, AVILAMICINA 75,00 MG, BTH (ANTIOXIDANTE) 2,00 MG, BIOTINA 0,10 MG, COBRE 10,00 MG, COLINA 800,00 MG, FERRO 50,00 MG, IODO 0,70 MG, MANGANÊS 78,00 MG,</p>				

	11091	METIONINA 1.800,00 MG, NIACINA 35,00 MG, NICARBAZINA 100,00 MG, SELÊNIO 0,18 MG, VITAMINA A 4.000,00 UI, VITAMINA B1 2,00 MG, VITAMINA B2 5,00 MG, VITAMINA B6 4,00 MG, VITAMINA B12 25,00 MCG, VITAMINA C 50,00 MG, VITAMINA D3 2.500 UI, VITAMINA E 25,00 MG, VITAMINA K3 3,00 MG, ZINCO 55,00 MG PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL	BR0218097	SACO 40,00 QUILOGRAMA		138,00
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				50	6.900,00
33	TOTAIS				50	6.900,00
	11092	RAÇÃO FARELADA PARA BOVINOS EM LACTAÇÃO (MÁXIMO DE 240 GRAMAS DE PROTEÍNA BRUTA) - COMPOSIÇÃO: CALCÁRIO CALCÍTICO, CLORETO DE SÓDIO (SAL COMUM), FARELO DE ALGODÃO, FARELO DE GLÚTEN DE MILHO 21 TRANSGÊNICO (BACILLUS THURINGIENSIS), FARELO DE SOJA TRANSGÊNICO (AGROBACTERIUM SP), FOSFATO BICÁLCICO, MILHO INTEGRAL MOIDO TRANSGÊNICO (BACILLUS SP), MELAÇO DE CANA EM PÓ, SULFATO DE COBALTO, SULFATO DE COBRE, ÓXIDO DE MANGANÊS, SELINITO DE SÓDIO, ÓXIDO DE ZINCO, VITAMINA A, VITAMINA D, VITAMINA E, EVENTUAIS SUBSTITUTOS: CASCA DE SOJA MOÍDA TRANSGÊNICO (AGROBACTERIUM SP), FARELO DE ARROZ, FARELO DE GIRASSOL, SORGO INTEGRAL MOÍDO, NÍVEIS DE GARANTIA POR QUILOGRAMA: CÁLCIO MÁXIMA 16,0 G, CÁLCIO MÍNIMA 10,0 G, EXTRATO ETÉRIO MÍNIMA 20,0 G, FÓSFORO MÍNIMA 4.500,0 MG, MATÉRIA FIBROSA MÁXIMA 15,0 G, MATÉRIA MINERAL MÁXIMA 85,0 G, FDA MÁXIMA 90,0, PROTEÍNA BRUTA MÁXIMA 240,0 G, UMIDADE MÁXIMA 125,0 G, COBALTO MÍNIMA 0,60 MG, COBRE MÍNIMA 20,0 MG, IODO MÍNIMA 1,0 MG, MANGANÊS MÍNIMA 49,0 MG, SELÊNIO MÍNIMA 0,5 MG, ZINCO MÍNIMA 0,75 MG, VITAMINA A MÍNIMA 8.0000,0 UI, VITAMINA D MÍNIMA 1.500,0 UI, VITAMINA E MÍNIMA 30,0 UI PARA VACAS EM LACTAÇÃO. PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL	BR0374182	SACO 40,00 QUILOGRAMA		116,62
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE (UASG: 158099)				25	2.915,50

34	TOTAIS				25	2.915,50
	6267	RAÇÃO INICIAL PARA BEZERRA LEITEIRA (MÍNIMO DE 18% PROTEÍNA BRUTA) - PROTEÍNAS “BY PASS” DE ALTO VALOR BIOLÓGICO, COM MILHO GELATINIZADO E PROMOTOR DE CRESCIMENTO (RUMENSIN), MINERAIS E VITAMINAS EM PROPORÇÕES EQUILIBRADAS. NÍVEIS DE GARANTIA / ESPECIFICAÇÕES: UMIDADE (MÁX.) 13,00%, PROTEÍNA BRUTA (MÍN.) 18,00%, EXTRATO ETÉREO (MÍN.) 2,80%, MATÉRIA MINERAL (MÁX.) 11,00%, FÓSFORO (MÍN.) 0,60%. VITAMINA A 10.000 U.I., VITAMINA D3 2.500 U.I., VITAMINA E 65 U.I., TIAMINA (B1) 6,5 MG, RIBOFLAVINA (B2) 6,5 MG, PIRIDOXINA (B6) 6,5 MG, VITAMINA B12 0,07 MG, PANTOTENATO DE CÁLCIO 13 MG, BIOTINA 0,10 MG, ÁCIDO NICOTÍNICO 2,6 MG, COBALTO 0,3 MG, COBRE 20 MG, FERRO 100 MG, IODO 1,2 MG, MANGANÊS 80 MG, SELÊNIO 0,6 MG, ZINCO 80 MG, PROMOTOR DE CRESCIMENTO E EFICIÊNCIA ALIMENTAR 60 MG, ANTIOXIDANTE 125 MG PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL	BR0232096	SACO 40,00 QUILOGRAMA		137,17
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				100	13.717,00
35	TOTAIS				100	13.717,00
		RAÇÃO INICIAL PARA SUÍNOS (MÍNIMO DE 17% DE PROTEÍNA BRUTA) - COMPOSIÇÃO: CALCÁRIO CALCÍTICO, FARELO DE ARROZ, FARELO DE SOJA, FOSFATO BICÁLCICO, MILHO INTEGRAL MOÍDO (63.0%), ADITIVO ANTIOXIDANTE, ADITIVO PROMOTOR XDE CRESCIMENTO, CLORETO DE SÓDIO (SAL COMUM), PREMIX MINERAL, PREMIX VITAMÍNICO, L-LISINA, EVENTUAIS SUBSTITUTOS: LEVEDURA SECA DE CANA DE AÇÚCAR, FARELO DE BOLACHA, MELAÇO, SORGO INTEGRAL MOÍDO, FARINHA DE CARNE, GÉRMEN DE MILHO, GLÚTEN DE MILHO, MILHETO, NÍVEIS DE GARANTIA: UMIDADE (MÁX) 13.80%, PROTEÍNA BRUTA (MÍN) 17.00%, EXTRATO ETÉREO (MÍN) 2.50%, MATÉRIA FIBROSA (MAX) 5.0%, MATÉRIA MINERAL (MÁX) 8.00%, CÁLCIO (MÁX) 1.5%, FÓSFORO (MÍN) 0.5%,				

36	6884	ENRIQUECIMENTO POR QUILOGRAMA: ÁCIDO FÓLICO 2.00 MG, SÓDIO 2.000.00 MG, COLINA 1.39 MG, VITAMINA D3 3.150.00 U.I, COBRE 187.00 MG, ZINCO 126.00 MG, IODO, 1.47 MG, PIRIDOXINA 6.57 MG, SELÊNIO 0.47 MG, LISINA 9.450.00 MG, VITAMINA B12 36.50 MCG, BACITRACINA DE ZINCO 150.00 MG, VITAMINA K3 8.40 MG, ETOXQUIM 155.00 MG, BIOTINA 0.17 MG, FERRO 152.00 MG, RIBOFLAVINA 7.65 MG, MANGANÊS 52.00 MG, AC. PANTOTÊNICO 28.20 MG, VITAMINA A 8.400.00 U.I, CLORO 0.31 MG, VITAMINA E 31.50 MG, COBALTO 0.18 MG, NIACINA 50.58 MG, MAGNÉSIO 2.000.00 MG, TIAMINA 4.52 MG PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL	BR0246375	SACO 40,00 QUILOGRAMA		121,41
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				80	9.712,80
	TOTAIS				80	9.712,80
37	6883	RAÇÃO MINIPELETIZADA PARA SUÍNOS EM LACTAÇÃO (MÍNIMO DE 19% DE PROTEÍNA BRUTA) - COMPOSIÇÃO: LÁCTEOS, MILHO PRÉ-GELATINIZADO ACIDIFICANTE, INGREDIENTES EXTRUSADOS, PREMIX MINERAL E VITAMÍNICO, NÍVEIS DE GARANTIA: UMIDADE (MÁX) 13% / PROTEÍNA BRUTA (MÍN.) 19% / EXTRATO ETÉREO (MÍN.) 3% / MATÉRIA FIBROSA (MÁX.) 3.5% / MATÉRIA MINERAL (MÁX.) 8% / CÁLCIO (MÁX.) 1% / FÓSFORO (MÍN.) 0.58% PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL: RAÇÃO FORNECIDA A PARTIR DE 7 DIAS DE VIDA ATÉ 25 DIAS DE VIDA OU PARA CONSUMO TOTAL DE 1.0 KG POR ANIMAL.	BR0294176	SACO 40,00 QUILOGRAMA		128,50
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				3	385,50
	TOTAIS				3	385,50
	6485	RAÇÃO PARA CÃES ADULTOS - SABOR: CARNE / FRANGO, SEM AROMATIZANTES E CORANTES. VALORES MÍNIMOS: PROTEÍNA (21%), CÁLCIO (1%), FÓSFORO (0,7%), ÔMEGA 3 (3.000 MG/KG), ÔMEGA 6 (15 G/KG), SÓDIO (2.000 MG/KG). GRÃO MÉDIO. APLICAÇÃO: RAÇÃO SECA PARA CÃES DE A PARTIR DE 12 MESES, DE QUALQUER RAÇA, PARA ALIMENTAÇÃO DIÁRIA.	BR0311856	SACO 20,00 QUILOGRAMA		134,46
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>

38	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				100	13.446,00
	TOTAIS				100	13.446,00
39	6898	RAÇÃO PARA COELHOS (MÍNIMO DE 17% DE PROTEÍNA BRUTA) - COMPOSIÇÃO BÁSICA DO PRODUTO: MILHO MOÍDO, FARELO DE SOJA, FARINHA DE CARNE E OSSOS, FARELO DE TRIGO, FENO DE ALFAFA, CALCÁRIO, SAL, VITAMINA A, VITAMINA D3, VITAMINA E, VITAMINA K, TIAMINA, RIBOFLAVINA, ÁCIDO FÓLICO, ÁCIDO PANTOTÊNICO, BIOTINA, CLORETO DE COLINA, NIACINA, PIRIDOXINA, VITAMINA B12, SULFATO DE MANGANÊS, SULFATO DE ZINCO, SULFATO FERROSO, SULFATO DE COBRE, SULFATO DE COBALTO, IODATO DE CÁLCIO, SELENITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE TOLUENO BUTILADO, NÍVEIS DE GARANTIA / ESPECIFICAÇÕES: UMIDADE (MÁX) = 13.00%; PROTEÍNA BRUTA (MÍN) = 17.00%; EXTRATO ETÉREO (MÍN) = 2.50%; MATÉRIA FIBROSA (MÁX) = 17.00%; MATÉRIA MINERAL (MÁX) = 10.00%; CÁLCIO (MÁX) = 1.00%; FÓSFORO (MÍN) = 0.50%. CARACTERÍSTICAS: PRODUTO PELETIZADO COM DIÂMETRO ENTRE 3 MM E 4 MM; COMPLETO QUE NÃO NECESSITE SER SUPLEMENTADO COM FIBRAS OU OUTROS ALIMENTOS E QUE ATENDA A TODAS AS FASES DE CRIAÇÃO. PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL	BR0243602	SACO 25,00 QUILOGRAMA		82,52
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				15	1.237,80
	TOTAIS				15	1.237,80
40	8512	RAÇÃO PARA EQUINOS - RAÇÃO COMPLETA BALANCEADA. DOSAGEM MÁXIMA UMIDADE 13. DOSAGEM MÍNIMA PROTEÍNA 13. DOSAGEM MÍNIMA EXTRATO ETÉREO 1.50. DOSAGEM MÁXIMA MATÉRIA MINERAL 15. DOSAGEM MÁXIMA CÁLCIO 1.60. DOSAGEM MÍNIMA FÓSFORO 0.5. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MATÉRIA FIBROSA MÁXIMA 22 A 25. FÓSFORO MÁXIMO PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL	BR0314547	SACO 30,00 QUILOGRAMA		109,63
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE (UASG: 158099)				5	548,15
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				40	4.385,20
	TOTAIS				45	4.933,35
		<b>SAL COMUM PARA ALIMENTAÇÃO</b>		SACO 25,00		

	12563	ANIMAL - BRANCO	BR0315758	QUILOGRAMA		109,83
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				70	7.688,10
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				60	6.589,80
41	TOTAIS				130	14.277,90
	15859	SAL MINERAL PARA BOVINOS - SUPLEMENTO MINERAL COMPLETO, PRONTO PARA USO. FORMULADO COM FOSFATO BICÁLCICO, MACRO E MICROELEMENTOS MINERAIS. NÍVEIS MÍNIMOS DE GARANTIA: CÁLCIO (MÁX.) 170 G/KG; FÓSFORO (MÍN.) 80 G/KG; SÓDIO (MÍN.) 115 G /KG; SELÊNIO (MÍN.) 30 MG/KG; ZINCO (MÍN.) 3.000 MG/KG. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 180 DIAS NA DATA DE ENTREGA. PARA ATENDER AS NECESSIDADES MINERAIS DOS BOVINOS, NAS DIVERSAS FASES DA CRIAÇÃO.	BR0444890	SACO 30,00 QUILOGRAMA		153,67
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE (UASG: 158099)				30	4.610,10
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				90	13.830,30
42	TOTAIS				120	18.440,40
	6893	SAL MINERAL PARA BOVINOS DE LEITE - COMPLETO; PRONTO PARA USO; FORMA FÍSICA: FARELADO. NÍVEIS DE GARANTIA POR QUILOGRAMA: CÁLCIO 170 G/KG, FÓSFORO 95 G/KG, MAGNÉSIO 15G /KG, ENXOFRE 12 G/KG, SÓDIO 110 G /KG, COBALTO 130 MG/KG, COBRE 1500 MG, FERRO 1500 MG/KG, IODO 120 MG/KG, MANGANÊS 1550 MG /KG, SELÊNIO 36 MG/KG, ZINCO 3600 MG/KG, FLÚOR MÁXIMO 950 MG /KG, SOL. P EM ÁCIDO CÍTRICO MÍNIMO 2% - INGREDIENTE PARA ALIMENTAÇÃO ANIMAL - PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 180 DIAS NA DATA DE ENTREGA. (REFERÊNCIA - OU EQUIVALENTE / OU SIMILAR A: GUABIPHOS LACTAGE 95) COM MACRO E MICROELEMENTOS MINERAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES MINERAIS DOS BOVINOS DE LEITE, NAS DIVERSAS FASES DA CRIAÇÃO.	BR0474495	SACO 25,00 QUILOGRAMA		147,96
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE (UASG: 158099)				11	1.627,56
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				180	26.632,80
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				100	14.796,00
43	TOTAIS				291	43.056,36
		SAL MINERAL PARA EQUINOS - CÁLCIO (MÁXIMO) 205G (MÍNIMO) 1195G; FÓSFORO (MÍNIMO) 90G;				



	8511	SÓDIO (MÍNIMO) 83G; ENXOFRE (MÍNIMO) 7000MG; MAGNÉSIO (MÍNIMO) 16G; COBALTO (MÍNIMO) 90 MG; COBRE (MÍNIMO) 1300 MG; IODO (MÍNIMO) 160 MG; MANGANÊS (MÍNIMO) 1630 MG; SELÊNIO (MÍNIMO) 27 MG; ZINCO (MÍNIMO) 4250 MG; FERRO (MÍNIMO) 1000 MG; FLÚOR (MÁXIMO) 900 MG.	BR0420915	SACO 25,00 QUILOGRAMA		169,56
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				20	3.391,20
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				12	2.034,72
44	TOTAIS				32	5.425,92
	8509	SAL MINERAL PROTEINADO E ENERGÉTICO PARA OVINOS - COMPLETO, PRONTO PARA USO. COM 6.5% DE FÓSFORO; VITAMINAS A, E; FORMULADO COM FOSFATO BICÁLCICO. COMPOSIÇÃO BÁSICA DO PRODUTO: CÁLCIO (MÍN.) 140 G /KG; FÓSFORO 65 G/KG; MAGNÉSIO (MÍN.) 10 G/KG; ENXOFRE (MÍN.) 12 G /KG; SÓDIO 130 G/KG; COBALTO (MÍN.) 80 MG/KG; FERRO (MÍN.) 1000 MG/KG; IODO (MÍN.) 60 MG/KG; MANGANÊS (MÍN.) 3000 MG/KG; SELÊNIO (MÍN.) 10 MG/KG; ZINCO (MÍN.) 5000 MG/KG; FLÚOR (MÁX.) 650 MG/KG. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 180 DIAS NA DATA DE ENTREGA. PARA ALIMENTAÇÃO ANIMAL NO SETOR DE OVINOCULTURA (REFERÊNCIA - OU EQUIVALENTE / OU SIMILAR A: TOP LINE OVINOS) COM MACRO E MICROELEMENTOS MINERAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES MINERAIS E VITAMÍNICAS DOS OVINOS, NAS DIFERENTES FASES DE PRODUÇÃO	BR0315758	SACO 25,00 QUILOGRAMA		109,83
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE (UASG: 158099)				8	878,64
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				20	2.196,60
45	TOTAIS				28	3.075,24
		SUPLEMENTO VETERINÁRIO ORAL À BASE DE MINERAIS COM UREIA (PARA BOVINOS ADULTOS NA ÉPOCA DA SECA) - PRONTO PARA USO. NÍVEIS MÍNIMOS DE GARANTIA (POR KG DO PRODUTO): PROTEÍNA BRUTA (MÍN) 616,50 G/KG; NNP – EQUIVALENTE PROTEICO (MÁX) 562,50 G/KG; CÁLCIO (MÍN) 51,00 G /KG; CÁLCIO (MÁX) 63,00 G/KG; FÓSFORO (MÍN) 41,80 G/KG; ENXOFRE (MÍN) 20,00 G/KG; SÓDIO (MIN) 95,00 G/KG; COBALTO (MÍN) 28,00 MG/KG; COBRE (MÍN) 400,00				

46	11102	MG/KG; FERRO (MÍN) 456,00 MG/KG; IODO (MÍN) 32,00 MG/KG; MANGANÊS (MÍN) 1.024,00 MG/KG; SELÊNIO (MÍN) 10,00 MG/KG; ZINCO (MÍN) 2.564,00 MG/KG; FLÚOR (MÁX) 418,00 MG/KG. (REFERÊNCIA - OU EQUIVALENTE / OU SIMILAR A: FOSBOVI SECA TORTUGA) PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL	BR0444890	SACO 30,00 QUILOGRAMA		153,67
	Solicitantes				Quantidade	Valor (R\$)
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				5	768,35
	TOTAIS				5	768,35
47	6881	SUPLEMENTO VETERINÁRIO ORAL À BASE DE MINERAIS (PARA BOVINOS DE LEITE) - COMPLETO; PRONTO PARA USO; FORMA FÍSICA: FARELADO. NÍVEIS DE GARANTIA POR QUILOGRAMA: CÁLCIO 160 G /KG, FÓSFORO 80 G/KG, MAGNÉSIO 15G/KG, ENXOFRE 12 G/KG, SÓDIO 114 G/KG, COBALTO 100 MG/KG, COBRE 1300 MG, FERRO 1500 MG /KG, IODO 100 MG/KG, MANGANÊS 1300 MG/KG, SELÊNIO 30 MG/KG, ZINCO 3000 MG/KG, FLÚOR MÁXIMO 800 MG/KG, SOL. P EM ÁCIDO CÍTRICO MÍNIMO 2% - INGREDIENTE PARA ALIMENTAÇÃO ANIMAL - PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 180 DIAS NA DATA DE ENTREGA. (REFERÊNCIA - OU EQUIVALENTE / OU SIMILAR A: GUABIPHOS 80 LEITE) COM MACRO E MICROELEMENTOS MINERAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES MINERAIS DOS BOVINOS DE LEITE, NAS DIVERSAS FASES DA CRIAÇÃO.	BR0444892	SACO 30,00 QUILOGRAMA		192,36
	Solicitantes				Quantidade	Valor (R\$)
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				80	15.388,80
	TOTAIS				80	15.388,80
48	6894	UREIA PECUÁRIA - PARA MISTURA EM SUPLEMENTOS MINERAIS PARA ALIMENTAÇÃO / NUTRIÇÃO ANIMAL	BR0405930	QUILOGRAMA		7,00
	Solicitantes				Quantidade	Valor (R\$)
	CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE (UASG: 158099)				50	350,00
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				100	700,00
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				300	2.100,00
	TOTAIS				450	3.150,00
3.3.90.30.18 - MATERIAIS E MEDICAMENTOS PARA USO VETERINÁRIO						
		SUPLEMENTO VETERINÁRIO INJETÁVEL À BASE DE MINERAIS, VITAMINAS E AMINOÁCIDOS - APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 100 MILILITROS. FÓRMULA: CADA 100ML CONTÉM MONOGLUTAMATO DE SÓDIO 420MG; CLORIDRATO DE L-LISINA 1.000MG; GLICINA 420MG;				

	12515	DL-METIONINA 210MG; L-LEUCINA 210MG; CLORIDRATO DE L-HISTIDINA 210MG; L-TRIPTOFANO 50MG; L-VALINA 200MG; CLORIDRATO DE L-ARGININA 200MG; CLORETO DE COBALTO (CO CL2.6H2O)13MG; SULFATO DE COBRE (CU SO4.5H2O) 2MG; IODETO DE POTÁSSIO 15MG; CLORETO DE ZINCO 10MG; CLORETO DE SÓDIO 42MG; HIPOFOSFITO DE CÁLCIO 1.500MG; CLORETO DE MAGNÉSIO (MG CL2. 2H2O)210MG; VITAMINA B12 5.000 MCG; VITAMINA D2 2.000.000 UI; VITAMINA E 100 UI; VEÍCULO Q.S.P. 100ML. (REFERÊNCIA - OU EQUIVALENTE / OU SIMILAR A: MODIFICADOR ORGÂNICO VALLEE - 100 ML) REPOSITOR DE MINERAIS E SUPLEMENTO ENERGÉTICO. REVIGORANTE, RECONSTITUINTE E ESTIMULADOR DAS FUNÇÕES ORGÂNICAS	BR0448044	FRASCO 100,00 MILILITRO		112,06
49	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				36	4.034,16
	TOTAIS				36	4.034,16
	6184	SUPLEMENTO VETERINÁRIO INJETÁVEL À BASE DE VITAMINAS A, D & E - COMPOSIÇÃO: RETINOL (PALMITATO - VIT. A), CALCIFEROL (VIT. D3), TOCOFEROL (ACETATO VIT. E). FÓRMULA: CADA 500ML CONTÉM VITAMINA A (PALMITATO) 4.000.000 UI / VITAMINA D3 1.000.000 UI / VITAMINA E 1200 UI / ÓLEO VEGETAL Q.S.P: 100 ML. (REFERÊNCIA - OU EQUIVALENTE / OU SIMILAR A: VIT ADE - CALBOS - 200 ML) SUPLEMENTO VITAMÍNICO VETERINÁRIO INJETÁVEL, RICO EM VITAMINA "A", "D" E "E". SUPRE A FALTA DE TAIS VITAMINAS NO ANIMAL, DEIXANDO-O MAIS SAUDÁVEL E FORTE.	BR0474492	FRASCO 200,00 MILILITRO		72,26
50	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				24	1.734,24
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				6	433,56
	TOTAIS				30	2.167,80
		SUPLEMENTO VETERINÁRIO ORAL À BASE DE AMINOÁCIDOS - COMPOSTO DE 22 AMINOÁCIDOS. FÓRMULA: TRIPTOFANO 520 MG, DL-METIONINA 21.430 MG, L-CARNITINA 20.000 MG, L-LISINA 37.900 MG, PROLINA 24.566 MG, CISTEÍNA 720 MG, HIDROXIPROLINA 14.706 MG, VALINA 4.656 MG, ÁCIDO				

	12516	ASPÁRTICO 10.323 MG, ÁCIDO GLUTÂMICO 18.646 MG, TIROSINA 2.317 MG, TREONINA 1.790 MG, FENILALANINA 4.129 MG, HISTIDINA 2.149 MG, COLINA 10.000 MG, BETAÍNA 10.000 MG, ISOLEUCINA 2.696 MG, SERINA 3.055 MG, ARGININA 11.293 MG, GLICINA 44.856 MG, ALANINA 16.138 MG, LEUCINA 6.278 MG, GLICOSE 200 G, VEÍCULO Q.S.P 1.000 G. USO VETERINÁRIO E ORAL. (REFERÊNCIA - OU EQUIVALENTE / OU SIMILAR A: GLICOPAN ENERGY VERNIL OU SIMILAR) AUXILIA NO ESTÍMULO DE APETITE E NO GANHO DE MASSA MUSCULAR.	BR0410456	FRASCO 1,00 LITRO		119,62
51	Solicitantes				Quantidade	Valor (R\$)
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				15	1.794,30
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				3	358,86
	TOTAIS				18	2.153,16
	8436	SUPLEMENTO VETERINÁRIO ORAL À BASE DE VITAMINAS E MINERAIS - FORMULAÇÃO: NÍVEIS DE GARANTIA POR KG DO PRODUTO: VITAMINA B1 (MÍN) 1500 MG / VITAMINA B2 (MÍN) 1500 MG / VITAMINA B6 (MÍN) 1200 MG / VITAMINA B12 (MÍN) 15000 MCG / VITAMINA K3 (MÍN) 250 MG / PANTOTENATO DE CÁLCIO - B5 (MÍN) 1200 MG / ÁCIDO NICOTÍNICO - B3 (MÍN) 1200 MG / ÁCIDO FÓLICO - B9 (MÍN) 5000 MG / COBRE (MÍN) 500 MG / COBALTO (MÍN) 100 MG / FERRO (MÍN) 4500 MG / ZINCO (MÍN) 5000 MG / GLICOSE (MÍN) 200 G / VEÍCULO Q.S.P 1000 G. APRESENTAÇÃO: FRASCO 1000 ML / 1 L. (REFERÊNCIA - OU EQUIVALENTE / OU SIMILAR: HEMOLITAN) SUPLEMENTO LÍQUIDO PARA EQUINOS, MUARES, ASININOS, OVINOS, CAPRINOS, AVESTRUZES E SUÍNOS. CONTÉM TODOS OS ELEMENTOS PARA SUPLEMENTAR OS ANIMAIS EM CONDIÇÃO NUTRICIONAL INADEQUADA. INDICADO TAMBÉM DURANTE A FASE DE CRESCIMENTO.	BR0439471	FRASCO 1000,00 MILILITRO		160,13
52	Solicitantes				Quantidade	Valor (R\$)
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				8	1.281,04
	TOTAIS				8	1.281,04
3.3.90.30.31 - SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS						
		ADUBO MINERAL FOSFATO MONOAMÔNICO PURIFICADO (MAP) N 9% P2O5 48% - SOLÚVEL				

	7128	APLICAÇÃO: HIDROPONIA	BR0298974	SACO 25,00 QUILOGRAMA		264,57
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				5	1.322,85
53	TOTAIS				5	1.322,85
	12538	ADUBO QUÍMICO CALCÁRIO DOLOMÍTICO A GRANEL - PRNT ENTRE 85% E 90% - PODER RELATIVO DE NEUTRALIZAÇÃO TOTAL: PRNT DE 85% A 90%; MGO 12 A 14%; CAO 36 A 40%.	BR0391060	TONELADA		347,39
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				5	1.736,95
54	TOTAIS				5	1.736,95
	6525	ADUBO QUÍMICO CALCÁRIO DOLOMÍTICO - PRNT MÍNIMO 80% - ASPECTO FÍSICO: PÓ; COMPOSIÇÃO: PRNT ACIMA DE 80%	BR0391060	QUILOGRAMA		0,36
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				330000	118.800,00
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				70	25,20
55	TOTAIS				330070	118.825,20
	3607	ADUBO QUÍMICO CALCÁRIO DOLOMÍTICO - PRNT MÍNIMO 90% - ASPECTO FÍSICO: PÓ	BR0270801	TONELADA		298,18
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE (UASG: 158099)				20	5.963,60
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				32	9.541,76
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				30	8.945,40
56	TOTAIS				82	24.450,76
	2844	ADUBO QUÍMICO CALCÁRIO DOLOMÍTICO - PRNT MÍNIMO 90% - ASPECTO FÍSICO: PÓ	BR0270801	SACO 50,00 QUILOGRAMA		49,91
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				4	199,64
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				10	499,10
57	TOTAIS				14	698,74
	2988	ADUBO QUÍMICO CLORETO DE POTÁSSIO K2O 57% - ASPECTO FÍSICO: PÓ / GRANULADO, COR VERMELHA	BR0247490	SACO 50,00 QUILOGRAMA		180,24
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				5	901,20
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				154	27.756,96
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				3	540,72
58	TOTAIS				162	29.198,88
	6317	ADUBO QUÍMICO CLORETO DE POTÁSSIO (KCL) CONTENDO ENTRE 58% E 62% DE K2O - GRANULADO; DE COLORAÇÃO BRANCA, CINZA OU ROSA; INODORO	BR0452057	SACO 50,00 QUILOGRAMA		202,00
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				30	6.060,00
59	TOTAIS				30	6.060,00

60	3444	ADUBO QUÍMICO - GESSO AGRÍCOLA / FOSFOGESSO (SAL NEUTRO) - COMPOSIÇÃO BÁSICA: SULFATO DE CÁLCIO DI-HIDRATADO (CASO4. 2H2O) - RICO EM CÁLCIO (20%) / ENXOFRE (15-18%); PUREZA 90-93%; COR BRANCA. UTILIZADO COMO CONDICIONADOR DE SUBSUPERFÍCIE DO SOLO. MELHORA E CONDICIONA OS SOLOS, FORNECE CÁLCIO E ENXOFRE E DIMINUI O TEOR DE ALUMÍNIO TÓXICO. COM ISSO, AS PLANTAS POSSUEM CONDIÇÕES DE SUPORTAR MELHOR A SECA, DE AUMENTAR A ABSORÇÃO DE NUTRIENTES EM CAMADAS DE SOLO, ACRESCENDO A PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA E MELHORANDO A QUALIDADE DOS FRUTOS, COLMOS E RAÍZES.	BR0427045	TONELADA		970,20
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				12	11.642,40
	TOTAIS				12	11.642,40
61	3513	ADUBO QUÍMICO NPK (NITROGÊNIO FÓSFORO POTÁSSIO) 04-14-8 - ASPECTO FÍSICO: GRANULADO	BR0242410	TONELADA		3.880,20
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				15	58.203,00
	TOTAIS				15	58.203,00
62	2986	ADUBO QUÍMICO NPK (NITROGÊNIO FÓSFORO POTÁSSIO) 04-14-8 + 0,4% ZINCO - ASPECTO FÍSICO: GRANULADO	BR0252689	SACO 50,00 QUILOGRAMA		204,67
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				10	2.046,70
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				20	4.093,40
	REITORIA (UASG: 158099)				6	1.228,02
	TOTAIS				36	7.368,12
63	10168	ADUBO QUÍMICO NPK (NITROGÊNIO FÓSFORO POTÁSSIO) 08-28-16 - ASPECTO FÍSICO: PÓ/GRANULADO; COR: BRANCA	BR0242409	QUILOGRAMA		4,18
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE (UASG: 158099)				650	2.717,00
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				15000	62.700,00
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				2500	10.450,00
	TOTAIS				18150	75.867,00
64	10451	ADUBO QUÍMICO NPK (NITROGÊNIO FÓSFORO POTÁSSIO) 08-28-16 - COM ZINCO 0,22% E BORO 0,12% - ASPECTO FÍSICO: PÓ/GRANULADO; COR: BRANCA. PLANTIO.	BR0242409	SACO 50,00 QUILOGRAMA		208,95
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				400	83.580,00
	TOTAIS				400	83.580,00

	14377	ADUBO QUÍMICO NPK (NITROGÊNIO FÓSFORO POTÁSSIO) 15-9-12 PLUS (LIBERAÇÃO LENTA DE 8 A 9 MESES) - NÍVEIS DE GARANTIA: NITROGÊNIO (N): 15% ; FÓSFORO (P): 09% ; POTÁSSIO (K): 12%. COM MICRONUTRIENTES: MG (MAGNÉSIO); S (ENXOFRE); B (BORO); CU (COBRE); FE (FERRO); MN (MANGANÊS); MO (MOLIBDÊNIO); ZN (ZINCO). (REFERÊNCIA - OU EQUIVALENTE / OU SIMILAR A: FERTILIZANTE MINERAL MISTO PARA SOLO OSMOCOTE) ESTIMULAR O CRESCIMENTO VEGETATIVO; MELHORAR O DESENVOLVIMENTO INICIAL DA PLANTA; NUTRIR E FORTALECER AS MUDAS; PROMOVER UM DESENVOLVIMENTO MAIS PRECOCE E UNIFORME DAS MUDAS.	BR0436950	EMBALAGEM 22,68 QUILOGRAMA		829,72
65	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	REITORIA (UASG: 158099)				2	1.659,44
	TOTAIS				2	1.659,44
	3514	ADUBO QUÍMICO NPK (NITROGÊNIO FÓSFORO POTÁSSIO) 25-05-20 - ASPECTO FÍSICO: GRANULADO	BR0252968	TONELADA		3.843,40
66	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE (UASG: 158099)				2	7.686,80
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				2	7.686,80
	TOTAIS				4	15.373,60
	2854	ADUBO QUÍMICO NPK (NITROGÊNIO FÓSFORO POTÁSSIO) 25-05-20 - ASPECTO FÍSICO: GRANULADO	BR0252968	SACO 50,00 QUILOGRAMA		192,17
67	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				5	960,85
	TOTAIS				5	960,85
	3515	ADUBO QUÍMICO SSP (SUPERFOSFATO SIMPLES) P2O5 18% - ASPECTO FÍSICO: GRANULADO	BR0252690	SACO 50,00 QUILOGRAMA		219,12
68	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE (UASG: 158099)				10	2.191,20
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				15	3.286,80
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				189	41.413,68
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				55	12.051,60
	TOTAIS				269	58.943,28
	7127	ADUBO QUÍMICO SULFATO DE MAGNÉSIO (MG 9% - S 12%) - SOLÚVEL APLICAÇÃO: HIDROPONIA	BR0436951	SACO 25,00 QUILOGRAMA		98,27
69	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				27	2.653,29
	TOTAIS				27	2.653,29
		ADUBO QUÍMICO UREIA - NITROGÊNIO A 44% - ADUBO				

70	2860	NITROGENADO - NH2 EM FORMA AMÍDICA. ASPECTO FÍSICO: GRANULADO. UREIA FERTILIZANTE AGRÍCOLA	BR0304569	SACO 50,00 QUILOGRAMA		232,44
	Solicitantes				Quantidade	Valor (R\$)
	CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE (UASG: 158099)				20	4.648,80
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				5	1.162,20
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				8	1.859,52
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				100	23.244,00
	TOTAIS				133	30.914,52
71	3717	ADUBO QUÍMICO UREIA - NITROGÊNIO A 44% - ASPECTO FÍSICO: GRANULADO UREIA FERTILIZANTE AGRÍCOLA	BR0304569	TONELADA		4.852,60
	Solicitantes				Quantidade	Valor (R\$)
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				29	140.725,40
	TOTAIS				29	140.725,40
72	15170	BANDEJA EM PLÁSTICO PARA CULTIVO DE MUDAS - 128 CAVIDADES - MEDIDAS APROXIMADAS: CERCA DE 53 CM DE COMPRIMENTO X 27 CM DE LARGURA X 5 CM DE ALTURA. QUANTIDADE CAVIDADES / CÉLULAS: 128 UN. (REFERÊNCIA - OU EQUIVALENTE / OU SIMILAR A: NUTRIPLAN)	BR0476755	UNIDADE		12,17
	Solicitantes				Quantidade	Valor (R\$)
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				40	486,80
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				10	121,70
	TOTAIS				50	608,50
73	15169	BANDEJA EM PLÁSTICO PARA CULTIVO DE MUDAS - 200 CAVIDADES - MEDIDAS APROXIMADAS: CERCA DE 53 CM DE COMPRIMENTO X 27 CM DE LARGURA X 4,2 CM DE ALTURA. QUANTIDADE CAVIDADES / CÉLULAS: 200 UN (REFERÊNCIA: OU EQUIVALENTE / OU SIMILAR A: NUTRIPLAN)	BR0476754	UNIDADE		29,00
	Solicitantes				Quantidade	Valor (R\$)
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				210	6.090,00
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				100	2.900,00
	TOTAIS				310	8.990,00
	14539	FILME PLÁSTICO AGRÍCOLA (PARA ESTUFA), 100 MICRAS, LARGURA 04 METROS - MATERIAL POLIETILENO TRANSPARENTE, PRODUZIDO EM 03 CAMADAS, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETAS, COM ADITIVOS QUE PROPAGAM A LUZ DENTRO DA ESTUFA.	BR0474283	ROLO 100,00 METRO		1.339,97
	Solicitantes				Quantidade	Valor (R\$)
	CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE (UASG: 158099)				4	5.359,88



74	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)			2	2.679,94
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)			10	13.399,70
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)			2	2.679,94
	TOTAIS			18	24.119,46
75	10442	INOCULANTE LÍQUIDO PARA SEMENTE DE SOJA - CONTENDO CONCENTRAÇÃO MÍNIMA DE 5X109 UFC/ML DE CÉLULAS VIÁVEIS DE BACTÉRIAS BRADYRHIZOBIUM JAPONICUM OU BRADYRHIZOBIUM ELKANII. PARA INOCULAÇÃO DE SEMENTE DE SOJA.	BR0411172	LITRO	75,23
	<b>Solicitantes</b>			<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)			2	150,46
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)			10	752,30
	TOTAIS			12	902,76
76	6523	KIT / CONJUNTO DE PAPEL PARA GERMINAÇÃO DE SEMENTES CERCA DE 28 CM X 38 CM - COM 1000 FOLHAS - GRAMATURA 65 G/M2, PH NEUTRO. APRESENTAÇÃO: KIT EM EMBALAGEM CONTENDO 1000 FOLHAS.	BR0425257	UNIDADE	313,83
	<b>Solicitantes</b>			<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)			5	1.569,15
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)			5	1.569,15
	TOTAIS			10	3.138,30
77	4111	MUDA DE BANANA BRS VARIEDADE PRINCESA (MAÇÃ) - NOME CIENTÍFICO: MUSA ACUMINATA. COM IDADE ENTRE 12 A 18 MESES. (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003).	BR0464376	UNIDADE	17,09
	<b>Solicitantes</b>			<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)			10	170,90
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)			45	769,05
	TOTAIS			55	939,95
78	4130	MUDA DE BANANA VARIEDADE NANICA (D'ÁGUA) - NOME CIENTÍFICO: DWARF CAVENDISH. COM IDADE ENTRE 12 A 18 MESES. (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0464380	UNIDADE	6,82
	<b>Solicitantes</b>			<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)			40	272,80
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)			45	306,90
	TOTAIS			85	579,70
		MUDA DE IXORA - NOME CIENTÍFICO IXORA MACROTHYRSA			

	4100	(FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003) NO MÍNIMO 1,00 METRO DE ALTURA, OU MÍNIMO DE 06 MESES DE IDADE	BR0624877	UNIDADE		12,55
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				100	1.255,00
79	TOTAIS				100	1.255,00
	4093	MUDA DE LARANJA VARIEDADE BAHIA (UMBIGO) - NOME CIENTÍFICO: CITRUS SINENSIS VARIEDADE BAHIA. COM IDADE ENTRE 12 A 18 MESES. (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003).	BR0611158	UNIDADE		19,75
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				40	790,00
80	TOTAIS				40	790,00
	3821	MUDA DE LARANJA VARIEDADE NATAL - NOME CIENTÍFICO: CITRUS SINENSIS VARIEDADE NATAL. COM IDADE ENTRE 12 A 18 MESES. (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003).	BR0611158	UNIDADE		19,75
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				40	790,00
81	TOTAIS				40	790,00
	12488	MUDA DE LARANJA VARIEDADE PERA - NOME CIENTÍFICO: CITRUS SINENSIS. COM IDADE ENTRE 12 A 18 MESES. (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0606071	UNIDADE		24,00
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				40	960,00
82	TOTAIS				40	960,00
	12487	MUDA DE LIMÃO VARIEDADE THAITI - NOME CIENTÍFICO: CITRUS AURANTIFOLIA. COM IDADE ENTRE 12 A 18 MESES (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0634392	UNIDADE		19,50
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				40	780,00

83	TOTAIS				40	780,00
84	4107	MUDA DE TANGERINA VARIEDADE MONTENEGRINA - NOME CIENTÍFICO: CITRUS RETICULATA. COM IDADE ENTRE 12 A 18 MESES. (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003).	BR0611160	UNIDADE		31,48
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				40	1.259,20
	TOTAIS				40	1.259,20
85	12489	MUDA DE TANGERINA VARIEDADE PONKAN (PONCÃ) - NOME CIENTÍFICO: CITRUS RETICULATA. COM IDADE ENTRE 12 A 18 MESES (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0634514	UNIDADE		37,00
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				40	1.480,00
	TOTAIS				40	1.480,00
86	10463	SACO PLÁSTICO BRANCO PARA SILAGEM CERCA DE 58 CM X 100 CM - MATERIAL: PLÁSTICO; ESPESSURA: CERCA DE 200 MICRAS (0,2 MM); COR: BRANCA; CAPACIDADE: CERCA DE 40 QUILOS.	BR0476674	PACOTE 100,00 UNIDADE		279,94
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				30	8.398,20
	TOTAIS				30	8.398,20
87	15171	SACO PLÁSTICO PRETO PARA MUDA TAMANHO APROXIMADO DE 13 CM X 13 CM - COM FURO; ESPESSURA: CERCA DE 0,2 MM.	BR0390700	QUILOGRAMA		39,46
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				10	394,60
	TOTAIS				10	394,60
88	10458	SACO PLÁSTICO PRETO PARA MUDA TAMANHO APROXIMADO DE 15 CM X 25 CM - MATERIAL: POLIETILENO. MEDIDAS APROXIMADAS - ALTURA: 25 CM; LARGURA: 15 CM; ESPESSURA: 0,06 CM.	BR0313357	QUILOGRAMA		42,10
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE (UASG: 158099)				2	84,20
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				6	252,60
	TOTAIS				8	336,80
		SEMENTE DE ABÓBORA HÍBRIDA TETSUKABUTO - TIPO CUCURBITÁCEA. (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM				

	3930	- REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0237671	ENVELOPE 50,00 GRAMA		136,00
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				3	408,00
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				4	544,00
89	TOTAIS				7	952,00
	7010	SEMENTE DE ABÓBORA MENINA BRASILEIRA - (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0264095	PACOTE 100,00 GRAMA		54,49
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				20	1.089,80
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				4	217,96
90	TOTAIS				24	1.307,76
	3931	SEMENTE DE ABÓBORA SANDY (MENINA BRASILEIRA) - (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0264095	PACOTE 100,00 GRAMA		54,49
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				6	326,94
91	TOTAIS				6	326,94
	9067	SEMENTE DE ABOBRINHA MENINA BRASILEIRA HÍBRIDA DAIANE - (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0264095	PACOTE 2000,00 UNIDADE		139,54
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				3	418,62
92	TOTAIS				3	418,62
	9072	SEMENTE DE ALFACE AMERICANA AMÉLIA - CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PELETIZADA (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0304453	LATA 7500,00 UNIDADE		240,09
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				3	720,27
93	TOTAIS				3	720,27
	9043	SEMENTE DE ALFACE AMERICANA LUCY BROWN - (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0236442	LATA 1000,00 GRAMA		529,59
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>

94	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				2	1.059,18
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				2	1.059,18
	TOTAIS				4	2.118,36
95	9074	SEMENTE DE ALFACE CRESPA ROXA SCARLET - PELETIZADA (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0600422	EMBALAGEM 7500,00 UNIDADE		364,13
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				2	728,26
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				2	728,26
	TOTAIS				4	1.456,52
96	6981	SEMENTE DE ALFACE CRESPA VANDA - PELETIZADA (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0600423	EMBALAGEM 7500,00 UNIDADE		148,27
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				2	296,54
	TOTAIS				2	296,54
97	2976	SEMENTE DE ALMEIRÃO PÃO-DE-AÇÚCAR - PELETIZADA (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0315377	EMBALAGEM 5000,00 UNIDADE		188,56
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				2	377,12
	TOTAIS				2	377,12
98	9062	SEMENTE DE BERINJELA HÍBRIDA NÁPOLI - (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0629069	PACOTE 2000,00 UNIDADE		361,73
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				2	723,46
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				3	1.085,19
	TOTAIS				5	1.808,65
99	9063	SEMENTE DE BERINJELA HÍBRIDA NAPOLITANA - (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0629069	PACOTE 2000,00 UNIDADE		361,73
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				2	723,46
	TOTAIS				2	723,46
		SEMENTE DE BETERRABA KESTREL - (FORNECEDOR DEVERÁ				

100	9070	APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0625712	LATA 250,00 GRAMA		292,32
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				4	1.169,28
	TOTAIS				4	1.169,28
101	3932	SEMENTE DE BETERRABA TALL TOP EARLY WONDER - (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0237672	EMBALAGEM 250,00 GRAMA		61,74
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				3	185,22
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				3	185,22
102	TOTAIS				6	370,44
	2978	SEMENTE DE BRÓCOLIS HÍBRIDO BRO 68 - CABEÇA ÚNICA (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0246695	PACOTE 2000,00 UNIDADE		193,98
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				3	581,94
103	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				3	581,94
	TOTAIS				6	1.163,88
104	15063	SEMENTE DE CAPIM BRS TAMANI - (PANICUM MAXIMUM CV. BRS TAMANI). FERTILIDADE DO SOLO: ALTA; FORMA DE CRESCIMENTO: CESPITOSA; ALTURA: DE 0,8 A 1,3 M; PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA: ACIMA DE 750 MM ANUAIS; TEOR DE PROTEÍNA BRUTA DA MATÉRIA SECA: 10 A 18%; PRODUÇÃO DE FORRAGEM: CERCA DE 25 A 28 T. MS/HA/ANO. (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0460562	SACO 20,00 QUILOGRAMA		889,20
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				2	1.778,40
	TOTAIS				2	1.778,40
104	6165	SEMENTE DE CAPIM-ELEFANTE (PENNISETUM GLAUCUM) - GRAMÍNEA. (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0253885	ENVELOPE 500,00 GRAMA		96,94
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				4	387,76
	TOTAIS				4	387,76

	15061	SEMENTE DE CAPIM-MAVUNO - FORRAGEIRA; BRACHIARIA HÍBRIDA (CAPIM-MAVUNO É PRODUTO DO CRUZAMENTO DA BRACHIARIA BRIZANTHA E DA BRACHIARIA RUZIZIENSIS). REFERÊNCIA - OU EQUIVALENTE / OU SIMILAR A: WOLF SEEDS. (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENAEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0388596	UNIDADE	EMBALAGEM 12,00 QUILOGRAMA	265,68
105	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				144	38.257,92
	TOTAIS				144	38.257,92
	3316	SEMENTE DE CAPIM MOMBAÇA POACEAE - (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENAEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0411137	EMBALAGEM 10,00 QUILOGRAMA		197,69
106	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				2	395,38
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				55	10.872,95
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				10	1.976,90
	TOTAIS				67	13.245,23
	3317	SEMENTE DE CAPIM TANZÂNIA POACEAE - (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENAEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0388597	SACO 20,00 QUILOGRAMA		395,40
107	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				2	790,80
	TOTAIS				2	790,80
	9100	SEMENTE DE CEBOLA HÍBRIDA ANDRÔMEDA F1/H - (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENAEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0265142	EMBALAGEM 500,00 GRAMA		260,78
108	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				3	782,34
	TOTAIS				3	782,34
	6996	SEMENTE DE CENOURA BRASÍLIA - (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENAEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0260805	EMBALAGEM 250,00 GRAMA		137,19
109	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				10	1.371,90
	TOTAIS				10	1.371,90
		SEMENTE DE CENOURA BRASÍLIA - (FORNECEDOR DEVERÁ				

110	3933	APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0260805	EMBALAGEM 500,00 GRAMA		172,61
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				3	517,83
	TOTAIS				3	517,83
111	6995	SEMENTE DE CENOURA NANTES - (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0246700	EMBALAGEM 250,00 GRAMA		122,29
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				5	611,45
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				4	489,16
	TOTAIS				9	1.100,61
112	9033	SEMENTE DE COUVE-FLOR HÍBRIDA SHARON - (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0246699	PACOTE 2000,00 UNIDADE		396,31
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				2	792,62
	TOTAIS				2	792,62
113	7003	SEMENTE DE COUVE-FLOR PIRACICABA - PRECOCE, VERÃO (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0246699	ENVELOPE 5,00 GRAMA		8,59
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				3	25,77
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				50	429,50
	TOTAIS				53	455,27
114	7004	SEMENTE DE FEIJÃO VAGEM MACARRÃO TREPADOR - (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0237666	PACOTE 500,00 GRAMA		100,00
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				4	400,00
	TOTAIS				4	400,00
115	10141	SEMENTE DE GRAMA AMENDOIM - (ARACHIS REPENS), FOLHAS ARREDONDADAS, VERDE-VIVO, TIPO AMENDOIM ORNAMENTAL. PARA PAISAGISMO / JARDINAGEM.	BR0456539	EMBALAGEM 500,00 UNIDADE		109,17
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	REITORIA (UASG: 158099)				5	545,85
	TOTAIS				5	545,85



116	9048	SEMENTE DE MELANCIA HÍBRIDA CRIMSON SWEET - (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0275883	PACOTE 100,00 GRAMA		57,69
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				6	346,14
	TOTAIS				6	346,14
117	12529	SEMENTE DE MILHETO - SEMENTES DE PLANTA FORRAGEIRA, CAPIM MILHETO. NOME CIENTÍFICO: BRACHIARIA BRIZANTHA (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0253885	QUILOGRAMA		19,04
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				3	57,12
	TOTAIS				3	57,12
118	3319	SEMENTE DE MILHETO BRS 1501 - 72% VC (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0253885	QUILOGRAMA		19,04
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				400	7.616,00
	TOTAIS				400	7.616,00
119	9061	SEMENTE DE MILHO DOCE HÍBRIDO TROPICAL PLUS - (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0388532	SACO 20,00 QUILOGRAMA		885,17
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				4	3.540,68
	TOTAIS				4	3.540,68
120	12530	SEMENTE DE MILHO HÍBRIDO COM RESISTÊNCIA AO GLIFOSATO E ÀS LAGARTAS - TECNOLOGIA POWERCORE. (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0234826	SACO 60000,00 UNIDADE		985,65
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE (UASG: 158099)				2	1.971,30
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				6	5.913,90
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				30	29.569,50
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				20	19.713,00
	TOTAIS				58	57.167,70
		SEMENTE DE MILHO HÍBRIDO DKB 390 VT PRO TRANSGÊNICO - GRAMÍNEA; CERTIFICADA.				

121	6977	(FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENAEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0264098	SACO 60000,00 UNIDADE		1.532,00
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				4	6.128,00
	TOTAIS				4	6.128,00
122	6976	SEMENTE DE MILHO HÍBRIDO FERROZ VIPTERA 3 - CICLO PRECOCE; GRÃO DURO ALARANJADO; FINALIDADE SILAGEM. SACO COM 60.000 SEMENTES. (REFERÊNCIA - OU EQUIVALENTE / OU SIMILAR A: SEMENTE MILHO HÍBRIDO SYN8A98 FERROZ VIPTERA 3 20KG SYNGENTA)	BR0234826	SACO 20,00 QUILOGRAMA		1.033,26
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				2	2.066,52
	TOTAIS				2	2.066,52
123	2983	SEMENTE DE PEPINO JAPONÊS YOSHINARI - PELETIZADA (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENAEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0246697	EMBALAGEM 500,00 UNIDADE		125,00
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				2	250,00
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				3	375,00
	TOTAIS				5	625,00
124	7007	SEMENTE DE PIMENTÃO MAGALI - (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENAEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0264106	PACOTE 10,00 GRAMA		6,80
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				3	20,40
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				5	34,00
	TOTAIS				8	54,40
125	7006	SEMENTE DE QUIABO SANTA CRUZ - (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENAEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0262517	PACOTE 100,00 GRAMA		35,03
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				3	105,09
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				4	140,12
	TOTAIS				7	245,21
	9096	SEMENTE DE RABANETE HÍBRIDO REDONDO Nº 19 - (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENAEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0313334	EMBALAGEM 500,00 GRAMA		459,41

126	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				3	1.378,23
	TOTAIS				3	1.378,23
127	6988	SEMENTE DE REPOLHO FÊNIX - BRASSICA OLERACEA. (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0246696	PACOTE 2000,00 UNIDADE		63,49
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				4	253,96
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				4	253,96
	TOTAIS				8	507,92
128	9038	SEMENTE DE REPOLHO HÍBRIDO TEKILA - (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0246696	PACOTE 2000,00 UNIDADE		59,52
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				5	297,60
	TOTAIS				5	297,60
129	9099	SEMENTE DE RÚCULA FOLHA LARGA - (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0281354	EMBALAGEM 500,00 GRAMA		116,34
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				5	581,70
	TOTAIS				5	581,70
130	7001	SEMENTE DE SALSA GRAÚDA PORTUGUESA - (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0265141	PACOTE 100,00 GRAMA		28,47
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				3	85,41
	TOTAIS				3	85,41
131	4455	SEMENTE DE SOJA COM TECNOLOGIA ROUNDUP READY (RR) E INTACTA PRO - FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003.	BR0445794	QUILOGRAMA		17,20
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				23	395,60
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				420	7.224,00
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				1500	25.800,00
	TOTAIS				1943	33.419,60
		SEMENTE DE SORGO HÍBRIDO - GRAMÍNEA; CERTIFICADA				

132	6978	(FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0253026	EMBALAGEM 10,00 QUILOGRAMA		388,68
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				2	777,36
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				32	12.437,76
	TOTAIS				34	13.215,12
133	7002	SEMENTE DE TOMATE CEREJA CAROLINA - (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0235370	EMBALAGEM 2,00 GRAMA		6,55
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				20	131,00
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				10	65,50
	TOTAIS				30	196,50
134	9080	SEMENTE DE TOMATE SANTA CRUZ INDETERMINADO DÉBORA MAX - TIPO SOLANÁCEA. (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0235370	PACOTE 1000,00 UNIDADE		436,59
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				9	3.929,31
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				4	1.746,36
	TOTAIS				13	5.675,67
	10139	SEMENTE PARA PASTAGEM CAPIM PAIAGUÁS (BRACHIARIA BRIZANTHA) INCRUSTADA - PROPÍCIA PARA A PASTAGEM ROTACIONADA DE BOVINOS. RÁPIDA GERMINAÇÃO; ALTO GRAU DE PEGAMENTO E UNIFORMIDADE DE PLANTIO. VALOR CULTURAL (% GERMINAÇÃO X % PUREZA /100): 80%VC; FÁCIL ESTABELECIMENTO DE PASTAGEM; FÁCIL DESSECAÇÃO; TOLERÂNCIA ALTA À SECA, BOA TOLERÂNCIA À SOMBRA E TOLERÂNCIA MEDIANA A SOLOS ENCHARCADOS; RESISTÊNCIA MODERADA À FERRUGEM FOLIAR; ADEQUADO PARA SILAGEM, FENAÇÃO E DIFERIMENTO; VULNERÁVEL ÀS CIGARRINHAS E É HOSPEDEIRA DE NEMATOIDE. (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0485245	EMBALAGEM 10,00 QUILOGRAMA		278,40
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				12	3.340,80

135	TOTAIS				12	3.340,80
136	10222	SEMENTE PARA PASTAGEM PANICUM MAXIMUM MASSAI VC 76% - (FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR O RENASEM - REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS, CONFORME LEI 10.711/2003)	BR0390237	EMBALAGEM 10,00 QUILOGRAMA		321,40
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				2	642,80
	TOTAIS				2	642,80
137	5329	SUBSTRATO FLORESTAL PARA TUBETES E BANDEJAS - COMPOSIÇÃO: CASCA DE PINUS / FIBRA DE COCO / TURFA FIBROSA / VERMICULITA; PRONTO PARA O USO; NÃO EXALA ODORES; LIVRE DE PRAGAS E MICRORGANISMOS PATOGENICOS	BR0328708	SACO 25,00 QUILOGRAMA		40,69
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				2	81,38
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				30	1.220,70
138	TOTAIS				32	1.302,08
	3954	SUBSTRATO ORGÂNICO PARA MUDAS (ADUBADO) - COMPOSIÇÃO: CASCA DE PINUS COMPOSTADA / VERMICULITA / BOKASHI / COMPOSTO BIOMIX; CAPACIDADE DE RETENÇÃO CRA 55%, UMIDADE MÁXIMA 55%; CONDUTIVIDADE EC 1.22 MS/C; PH 6.2	BR0329820	SACO 25,00 QUILOGRAMA		29,30
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE (UASG: 158099)				7	205,10
139	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				60	1.758,00
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				40	1.172,00
	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				10	293,00
	TOTAIS				117	3.428,10
139	7157	SULFATO DE COBRE - FERTILIZANTE NATURAL - COMPOSIÇÃO QUÍMICA CUSO4.5H2O, TIPO MINERAL, APRESENTAÇÃO PÓ, PREPARAÇÃO COM 250G/KG DE CU (COBRE) APLICAÇÃO: HIDROPONIA	BR0298972	SACO 25,00 QUILOGRAMA		854,83
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE (UASG: 158099)				5	4.274,15
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				6	5.128,98
139	CAMPUS UBERLÂNDIA (UASG: 158312)				2	1.709,66
	TOTAIS				13	11.112,79
	5249	TABULEIRO PLANTADOR PARA CONTAGEM DE SEMENTES - COM 50 FUROS (PARA MILHO COM DIÂMETRO DE 13 MM) - MATERIAL ACRÍLICO DE ALTA RESISTÊNCIA	BR0256944	UNIDADE		172,32
	<b>Solicitantes</b>				<b>Quantidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				3	516,96

140	TOTAIS				3	516,96
141	6326	TUBETE PARA CULTIVO DE MUDAS (COMPRIMENTO 130 MM) - MATERIAL: PLÁSTICO POLIPROPILENO; COR: PRETA; FORMATO: CÔNICO; REDONDOS COM 8 ESTRIAS COM 4 PODAS DE RAIZ, MEDINDO 130 MM DE COMPRIMENTO, DIMENSÃO EXTERNA DE 63 MM E INTERNA DE 52 MM; CAPACIDADE ENTRE 175 CM3 - 180 CM3.	BR0249552	UNIDADE		0,87
	Solicitantes				Quantidade	Valor (R\$)
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				600	522,00
	TOTAIS				600	522,00
142	3979	TUBETE PARA CULTIVO DE MUDAS (COMPRIMENTO 190 MM) - MATERIAL PLÁSTICO POLIPROPILENO; COR PRETA; FORMATO CÔNICO; COMPRIMENTO/ALTURA 190 MM; DIÂMETRO SUPERIOR 58 MM; DIÂMETRO INFERIOR 52 MM; CAPACIDADE 280 CM3; COM 08 ESTRIAS.	BR0359743	UNIDADE		1,38
	Solicitantes				Quantidade	Valor (R\$)
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				400	552,00
	TOTAIS				400	552,00
143	5328	VASO PLÁSTICO PARA PLANTA - COM FURO (CAPACIDADE CERCA DE 2,2 L) - COR PRETA; ALTURA DE 15 CM E DIÂMETRO EXTERNO DE 17 CM (MEDIDAS APROXIMADAS); COM FURO NA PARTE INFERIOR	BR0255220	UNIDADE		5,46
	Solicitantes				Quantidade	Valor (R\$)
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				150	819,00
	TOTAIS				150	819,00
144	5254	VASO PLÁSTICO PARA PLANTA - SEM FURO (CAPACIDADE CERCA DE 5 L) - COR PRETA. MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA 20 CM X LARGURA (BOCA) 20 CM X LARGURA (FUNDO) 17 CM	BR0323415	UNIDADE		8,75
	Solicitantes				Quantidade	Valor (R\$)
	CAMPUS ITUIUTABA (UASG: 158311)				150	1.312,50
	CAMPUS UBERABA (UASG: 158310)				1000	8.750,00
	TOTAIS				1150	10.062,50
TOTAL DOS ITENS (R\$)						1.675.042,96

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021 combinado com (c/c) o art. 22 do Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023 e da Orientação Normativa AGU nº 89/2024;

1.4.1. O prazo de vigência da **contratação** (derivada da nota de empenho, contrato ou outro instrumento equivalente) será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura/emissão, independentemente do prazo de validade da Ata de Registro de Preços;

**1.4.2.** Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, fica expressamente prevista a possibilidade de renovação do quantitativo inicialmente registrado, visando a continuidade dos suprimentos e o atendimento às necessidades da Administração, em conformidade com o entendimento fixado no Parecer nº 00015/2024/CPLC/SUBCONSU/PGF/AGU e no Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU (NUP 71000.062490/2024-61);

**1.4.3.** A renovação dos quantitativos mencionada no item anterior não se confunde com acréscimos quantitativos (aditivos), tratando-se de nova disponibilização da cota integral para o novo período de vigência, observada a disponibilidade orçamentária e a manutenção das condições de habilitação pelo fornecedor;

**1.5.** O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**1.5.1.** Conforme o art. 95 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021: [...] *"O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:*

*I - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor".[...]*

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**2.2.** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

**I)** ID PCA no PNCP: 10695891000100-0-000002/2026;

**II)** Data de publicação no PNCP: 05/05/2025;

**III)** Id do item no PCA:

- 89; 90; 91; 92; 93; 94; 95; 96; 97; 98; 99; 100; 101; 102; 103;

**VI)** Classe/Grupo:

- 3750 - IMPLEMENTOS E FERRAMENTAS DE JARDINAGEM; 6509 - DROGAS E PRODUTOS BIOLÓGICOS DE USO VETERINÁRIO; 6635 - EQUIPAMENTOS PARA TESTES DE PROPRIEDADES FÍSICAS; 6640 - EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE LABORATÓRIO; 6810 - PRODUTOS QUÍMICOS; 7290 - UTENSÍLIOS COMERCIAIS E DOMÉSTICOS DIVERSOS; 8105 - SACOS E BOLSAS; 8145 - RECIPIENTES ESPECIALIZADOS PARA TRANSPORTE E ARMAZENAGEM; 8710 - FORRAGENS E ALIMENTOS; 8720 - FERTILIZANTES; 8730 - SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS; 8915 - FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES; 8920 - PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS; 9330 - ARTIGOS DE PLÁSTICO; 9620 - MINERAIS NATURAIS E SINTÉTICOS;

**V)** Identificador da Futura Contratação:

- 158310-51/2026.

**2.3.** A aquisição compartilhada deste objeto justifica-se para atender as demandas do planejamento geral, constituído de bens destinados às atividades institucionais e seus objetivos, bem como contribuir para o cumprimento da missão do IFTM.

**2.4.** O objeto desta aquisição possui a necessidade de contratações frequentes, com entregas parceladas, sem a previsão da quantidade de demandas, a serem adquiridas por mais de um campus deste IFTM, conforme art. 3º, incisos I, II, III e V, do Decreto nº 11.462/2023.

**2.5.** Informa-se que os itens a serem adquiridos no processo desta contratação, não estão contemplados no Catálogo Eletrônico de Padronização instituído pela Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022. No entanto, salienta-se que o IFTM possui Gestão de Banco de Itens com metodologia implantada para as diversas atividades relacionadas como: padrão para solicitar cadastro, padrão para descrever itens de forma técnica, vínculo de itens dos cadastrados como os códigos de SIASG. Na medida que novos itens demandados forem incluídos no catálogo passarão a ser utilizados.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. Também, devem ser observados e aplicados, no que couber, os artigos 5º e 6º da Instrução Normativa (IN) nº 01 de 19 de janeiro de 2010, art. 3º da IN nº 2 de 04 de junho de 2014 e o Decreto nº 7.746 de 5 de junho de 2012.

4.1.1. Complementarmente, o processo licitatório para aquisição dos itens deverá considerar os seguintes aspectos e diretrizes de sustentabilidade:

4.1.1.1. Menor impacto sobre recursos naturais;

4.1.1.2. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

4.1.1.3. Maior vida útil e menor custo de manutenção.

4.1.2. Ademais, para a realização de procedimento de licitação sustentável, serão adotados 04 passos gerais:

4.1.2.1. Avaliar a necessidade da contratação e a possibilidade de reuso/redimensionamento ou aquisição pelo processo de desfazimento;

4.1.2.2. Planejamento da contratação para escolha de bem ou serviço com parâmetros de sustentabilidade;

4.1.2.3. Análise do equilíbrio entre os princípios licitatórios da isonomia, da vantajosidade e da sustentabilidade;

4.1.2.4. Sustentabilidade na gestão e fiscalização do contrato, bem como gestão dos resíduos.

4.1.3. De acordo, ainda, com o GUIA NACIONAL DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA AGU (ÚLTIMA EDIÇÃO), também deverão ser seguidos os requisitos abaixo:

4.1.3.1. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente;

4.1.3.1.1. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado;

4.1.3.2. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

4.1.3.2.1. Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

4.1.3.2.2. Lançamento *in natura* a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

4.1.3.2.3. Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

4.1.3.2.4. Outras formas vedadas pelo poder público;

4.1.3.3. Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA;

4.1.3.3.1. Estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos –CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;



**4.1.3.3.2.** Possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;

**4.1.3.3.3.** Possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

**4.1.3.4.** A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá:

**4.1.3.4.1.** Elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;

**4.1.3.4.2.** Adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

**4.1.3.4.3.** Informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

**4.1.3.5.** Adicionalmente, deverão ser observadas exigências específicas de acordo com a natureza do item, conforme abaixo:

**4.1.3.5.1.** No fornecimento dos itens nº 01 a 52:

**4.1.3.5.1.1.** O disposto no Decreto nº 12.031, de 28 de maio de 2024, o qual regulamenta a Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974, e a Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal; e Instrução Normativa nº 22/2009 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como em todas as suas atualizações e alterações;

**4.1.3.5.2.** No fornecimento dos itens nº 53 a 71; e nº 75:

**4.1.3.5.2.1.** O Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981; da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021; demais normas supervenientes e alterações;

**4.1.3.5.3.** No fornecimento dos itens nº 77 a 85; e 89 a 136:

**4.1.3.5.3.1.** O Comprovante de Inscrição no RENASEM (Registro Nacional de Sementes e Mudanças), como produtor ou comerciante de sementes e mudas, nos termos do art. 8º da Lei 10.711, de 05 de agosto de 2003 (e alterações), a qual dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças (SNSM), garantindo a identidade e a qualidade do material de multiplicação vegetal produzido, comercializado e utilizado no Brasil.

**4.2.** O objeto desta contratação estará alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável do IFTM em relação a todos os aspectos relacionados.

#### **Subcontratação**

**4.3.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

**4.4.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:

**4.4.1.** O presente processo licitatório trata-se de registro de preços, ou seja, não se tem certeza se haverá contratações de todos os itens e, ainda, sequer se os quantitativos totais dos itens contratados serão empenhados;

**4.4.2.** Não há histórico de problemas relacionados com a entrega de materiais no IFTM, que seriam amenizados, caso se tivesse solicitado uma garantia de execução do objeto contratado;

**4.4.3.** Não há exigência legal para a interposição de garantia, conforme texto expresso no art. 96 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

**4.4.4.** A adoção da garantia de execução do objeto contratado neste caso, ensejaria contrariar diversos princípios constitucionais, a saber:

**4.4.4.1.** Um aumento nos custos dos fornecedores, com consequente aumento de preços da contratação / compra, contrariando o princípio da "Vantajosidade" e do princípio constitucional da "Economicidade";

**4.4.4.2.** Um aumento na burocracia para o recebimento dos itens, contrariando o princípio da "Eficiência";

**4.4.4.3.** Um aumento no tempo despendido com a contratação, contrariando o princípio da "Celeridade";

**4.4.4.4.** Contrariaria o princípio da "Razoabilidade", já que a maioria dos itens aqui apresentados possuem valores pequenos, são comuns e de entrega imediata; mais esta obrigação, então, inviabilizaria a sua comercialização/contratação;

**4.4.4.5.** Uma diminuição da capacidade de concorrência, principalmente para as micro e pequenas empresas, já que não possuem acesso e experiência em trâmites burocráticos de garantia, contrariando o princípio da "Isonomia".

#### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

**4.5.** Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

**4.5.1.1.** Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal;

**4.5.1.2.** Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço;

**4.5.1.3.** Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

#### **Margem de Preferência:**

**4.6.** Nenhum item relacionado ao objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência, prevista no Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024 conforme disposto na Resolução da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS/MGI) nº 8, de 31 de março de 2025, a qual alterou a Resolução SEGES/CICS-MGI nº 4, de 18 de outubro de 2024, publicada no DOU de 22 de outubro de 2024, que especifica os produtos manufaturados nacionais que serão objeto de margens de preferência normal e adicional nas licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, pelo motivo dos itens a serem licitados não estarem relacionados no Anexo da referida Resolução, conforme consulta realizada no Catálogo de Materiais do Compras.gov.br e, demonstrado no relatório anexado no ETP.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

**5.1.** O fornecimento dos materiais será realizado de forma **parcelada**, mediante solicitações efetuadas pelos *campi* participantes durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

**5.1.1.** O prazo de entrega de cada solicitação é de **20 (vinte) dias**, contados do recebimento da respectiva Nota de Empenho (NE), devendo ser efetuado em **remessa única**, dentro do horário de expediente, nos endereços informados no item **5.13.** deste documento;

**5.2.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

**5.2.1.** Assim, para que ocorra a prorrogação do prazo de entrega, o licitante vencedor deverá solicitar formalmente o pedido de dilação do prazo de entrega, junto a Coordenação de Almoxarifado do campus solicitante, conforme relação constante do item **5.13**, que analisará caso a caso a viabilidade de dilação ou não do prazo. O não cumprimento destas exigências poderá implicar na aplicação das penalidades previstas no edital;

**5.2.2.** Todos os itens deverão ser entregues em conformidade com o Edital, Termo de Referência e demais anexos. Em caso de dúvidas, o fornecedor deverá entrar em contato com a unidade/almoxarifado requisitante.

**5.3.** No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, ou a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

**5.4.** A Contratada deverá:

**5.4.1.** Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação do material a ser entregue;

**5.4.2.** Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

**5.4.3.** Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

**5.4.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**5.4.5.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**5.4.6.** Comunicar à Contratante qualquer anormalidade que vier a ocorrer na execução do objeto e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

**5.4.7.** Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**5.5.** Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender as normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes;

**5.5.1.** Nenhum material adquirido poderá ser recondicionado, remanufaturado ou de segunda mão.

**5.6.** Não há obrigatoriedade de a Administração adquirir os materiais em sua quantidade total, considerando que são apenas quantidades estimadas.

**5.7.** Os materiais a serem entregues deverão estar em conformidade com todas as especificações constantes neste Termo de Referência, com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e, ainda, coadunadas nas cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes, bem como atender a todas as disposições legais e regulamentares dos órgãos fiscalizadores, a respeito da comercialização dos respectivos produtos.

**5.7.1.** No ato de entrega será observado, para os materiais que assim o exijam, o devido registro no órgão competente, bem como adequação técnica, às normas estabelecidas pelo IBAMA, MAPA e ANVISA, no que couber;

**5.7.1.** Os materiais deverão respeitar as descrições da tabela do item 1.1 deste TR; entregues e acondicionados adequadamente;

**5.8.** Os produtos relativos aos itens de: 1 a 52 deverão ser entregues embalados e rotulados, conforme determina a Instrução Normativa 22/2009 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e suas alterações posteriores. Adicionalmente, deverão ser observadas as normas específicas para aquisição de ração, em especial, Lei nº 6.198, de 1974, Lei nº 14.515, de 2022 e Decreto nº 12.031, de 2024. Essas normas estão compiladas no portal da internet do MAPA, disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-pecuarios/alimentacao-animal/legislacao-alimentacao-animal>;

**5.8.1.** Nos termos da Lei nº 14.515, de 2022, “o agente deverá garantir que seus produtos e serviços atendam aos requisitos de inocuidade, de identidade, de qualidade e de segurança estabelecidos na legislação relativa à defesa agropecuária” (art. 4º), com vistas a obter produtos que atendam aos padrões de qualidade e que não apresentem risco à saúde animal, à segurança e ao interesse do consumidor, o que se aplica a “todos os agentes regulados pela legislação relativa à defesa agropecuária, incluídos aqueles fiscalizados pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios e por consórcio de Municípios”;

**5.8.2.** Os produtos destinados à alimentação animal deverão atender aos parâmetros e aos limites microbiológicos, físico-químicos, de resíduos de produtos de uso veterinário, contaminantes e outros estabelecidos em Decreto e em normas complementares editadas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e aos níveis de garantia registrados ou declarados pelo estabelecimento fabricante (art. 45 do Decreto nº 12.031, de 2024);

**5.8.3.** Os produtos deverão ser armazenados e transportados devidamente rotulados com todas as informações obrigatórias e em condições que garantam a integridade física das suas embalagens (art. 48 do Decreto nº 12.031, de 2024);

**5.8.4.** Todo produto deverá ser cadastrado, isento ou registrado. O produto isento de registro elaborado no território nacional deverá ter sua fórmula, seu rótulo e sua embalagem aprovados, previamente à sua elaboração, pelo responsável técnico do estabelecimento fabricante, no âmbito de seus programas de autocontrole, e atender ao RTIQ e a demais normas específicas, quando aplicáveis (art. 49 do Decreto nº 12.031, de 2024);

**5.8.5.** Os produtos cujo destino for a exportação e que tenham sido submetidos a processos tecnológicos ou que apresentem composição permitida pelo país de destino, mas que não atendam ao disposto na legislação nacional, não poderão ser destinados ao uso ou ao consumo no território nacional (art. 53 do Decreto nº 12.031, de 2024);

**5.8.6.** Os produtos deverão ser acondicionados ou embalados em recipientes ou contentores que confirmem a proteção necessária, atendidas as características específicas do produto e as condições de armazenamento e transporte (art. 58 do Decreto nº 12.031, de 2024). Em regra, as embalagens para comercialização de produtos deverão ser de primeiro uso e íntegras (art. 59);

**5.8.7.** As embalagens de produtos importados destinados à comercialização no território nacional deverão conter rótulo em língua portuguesa, observadas as exigências estabelecidas em Decreto e em normas complementares editadas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, e poderão constar outros idiomas na embalagem (art. 60 do Decreto nº 12.031, de 2024);

**5.8.8.** Todo produto, para ser destinado à comercialização, deverá ser identificado, embalado e rotulado conforme o disposto em Decreto e em normas complementares editadas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (art. 61 do Decreto nº 12.031, de 2024). Os rótulos deverão ser utilizados somente nos produtos aos quais correspondam. As informações expressas na rotulagem deverão retratar com exatidão a verdadeira natureza, a composição e as características do produto;

**5.8.9.** Devem ser observadas as disposições específicas do art. 64 do Decreto nº 12.031, de 2024, a respeito da rotulagem dos produtos;

**5.9.** Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

**5.9.1.** A aceitação do objeto somente será considerada definitiva após análise do material pelo almoxarifado, auxiliado por um técnico, que ensinará o seu recebimento ou a sua rejeição perante o fornecedor (alíneas “a” e “b” do inciso II c/c § 1º do Artigo 140 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

**5.10.** Face à operacionalização do sistema SIAFI, para efetivação da NE, serão consideradas duas casas decimais para os preços unitários.

**5.11.** Ao apresentar proposta para o item, o fornecedor deverá certificar da real possibilidade e garantia de sua entrega atendendo fielmente suas especificações, quantidades e valores.

**5.12.** Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos de transporte, carga, seguro, impostos, taxas, frete, embalagens e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens desta Licitação.

**5.13.** Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços (Conforme demanda dos campi solicitantes):

- **REITORIA DO IFTM - ENDEREÇO: AV. DOUTOR RANDOLFO BORGES JÚNIOR N. 2900 – BAIRRO UNIVERDECIDADE – CEP: 38.064-300. UBERABA/MG. TELEFONE: (34) 3326-1130 (ALMOXARIFADO) / 3326-1145 (CGML). HORÁRIO DE ENTREGA: DE SEGUNDA A SEXTA DAS 08:00H ÀS 11:30H E DE 13:00H AS 16:00H. E-mail: almoxarifado.rei@iftm.edu.br**
- **IFTM – CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE (REFERÊNCIA: EM FRENTE AO POSTO DÉCIO/CAMPINA VERDE) - ENDEREÇO: RODOVIA BR 364, KM 139, FAZENDA CAMPO BELO, ZONA RURAL – CEP: 38270-000 - CAMPINA VERDE/MG. TELEFONE: (34) 3412-5611. HORÁRIO DE ENTREGA: DE SEGUNDA A SEXTA, DAS 08:00H ÀS 11:00H E DAS 13:00H ÀS 16:30H. E-mail: caa.cvr@iftm.edu.br**
- **IFTM - CAMPUS ITUIUTABA ENDEREÇO: RUA BELARMINO VILELA JUNQUEIRA S/N BAIRRO NOVO TEMPO II - ITUIUTABA/MG CEP:38.305-200. TELEFONE: (34) 3271-4031 / 3271-4058. HORÁRIO DE ENTREGA: DE SEGUNDA A SEXTA DAS 08:00H ÀS 11:30H E DE 13:00H AS 16:00H. E-mail: almoxarifado.itb@iftm.edu.br**
- **IFTM - CAMPUS UBERABA - ENDEREÇO: RUA JOÃO BATISTA RIBEIRO, 4000 - BAIRRO DISTRITO INDUSTRIAL IV - UBERABA/MG - CEP: 38064-790. TELEFONE: (34) 3319-6000 (PORTARIA) / 3319-6031 (ALMOXARIFADO). HORÁRIO DE ENTREGA: DE SEGUNDA A SEXTA DAS 08:00H ÀS 11:30H E DE 13:00H AS 16:00H. E-mail: almoxarifado.ura@iftm.edu.br**
- **IFTM - CAMPUS UBERLÂNDIA - ENDEREÇO: FAZENDA SOBRADINHO, RODOVIA MUNICIPAL JOAQUIM FERREIRA, KM 09, S/Nº - ZONA RURAL - UBERLÂNDIA/MG - CEP: 38400-970 - CAIXA POSTAL: 1020. TELEFONES: (34) 3233-8806 / (34) 99681-5398 (ALMOXARIFADO). HORÁRIO DE ENTREGA: DE SEGUNDA A SEXTA DAS 07:30H ÀS 11:00H E DE 13:00H ÀS 16:00H. E-mail: almoxarifado.udi@iftm.edu.br**

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

**5.14.** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

#### **Fiscalização**

**6.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

**6.6.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**6.7.** O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**6.8.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**6.9.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**6.10.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**6.11.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### **Fiscalização Administrativa**

**6.12.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.13.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**6.14.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

#### **Gestor do Contrato**

**6.15.** Cabe ao gestor do contrato:

**6.15.1.** Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

**6.15.2.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

**6.15.3.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

**6.15.4.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

**6.15.5.** Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

**6.15.6.** Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

**6.15.7.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**7.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- **a)** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- **b)** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- **c)** Der causa à inexecução total do contrato;

- **d)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- **e)** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- **f)** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- **g)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- **h)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**7.2.** Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**7.2.1.** Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**7.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**7.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**7.2.4.** Multa:

**7.2.4.1.** Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze) dias**.

**7.2.4.2.** Moratória de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

**7.2.4.2.1.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**7.2.4.3.** Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

**7.2.4.4.** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

**7.2.4.5.** Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

**7.2.4.6.** Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1% (um por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

**7.2.4.7.** Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (cinco centésimos por cento) a 1% (um por cento)** do valor da contratação.

**7.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**7.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**7.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**7.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**7.7.** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**7.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

**7.8.1.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

**7.8.2.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**7.9.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**7.9.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**7.9.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**7.9.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**7.9.4.** Os danos que dela provierem para o Contratante; e

**7.9.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**7.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**7.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**7.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal;

**7.12.1.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**7.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.14.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

**8.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**8.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**8.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**8.4.** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **05 (cinco) dias úteis**.

**8.5.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**8.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**8.7.** O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**8.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

**8.9.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**8.10.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.11.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**8.11.1.** O prazo de validade;

**8.11.2.** A data da emissão;

**8.11.3.** Os dados do contrato e do órgão contratante;

**8.11.4.** O período respectivo de execução do contrato;

**8.11.5.** O valor a pagar; e

**8.11.6.** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**8.12.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

**8.13.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.14.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

**8.14.1.** Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

**8.14.2.** Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**8.15.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

**8.16.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**8.17.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

**8.18.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

**8.19.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**8.20.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, de correção monetária. As justificativas para utilização do IPCA estão descritas no item 5.10 do ETP.

### **Forma de pagamento**

**8.21.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

**8.22.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**8.23.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



**8.24.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**8.25.** O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de Crédito**

**8.26.** As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante;

**8.26.1.** A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo;

**8.26.2.** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020;

**8.26.3.** O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração;

**8.26.4.** A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado;

**8.27.** O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

#### **Reajuste**

**8.28.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contados a partir da data do orçamento estimado, em 12/01/2026.

**8.29.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, de correção monetária, conforme justificativas apresentadas no item 5.10 dos Estudos Técnicos Preliminares; exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**8.30.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**8.31.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**8.32.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**8.33.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**8.34.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**8.35.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**9.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, utilizando procedimento auxiliar de **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

#### **Forma de fornecimento**

**9.2.** O fornecimento do objeto será parcelado, **a ser informado pelos solicitantes**.

## **Exigências de habilitação**

**9.3.** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

**9.4.** Pessoa Física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**9.5.** Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.6.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**9.7.** Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.8.** Sociedade Empresária Estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

**9.9.** Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.10.** Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**9.11.** Sociedade Cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

**9.12.** O licitante deverá comprovar o Registro ou Autorização de Funcionamento do estabelecimento fabricante e/ou comercializador junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), conforme exigido pela Lei nº 6.198/1974 e pelo Decreto nº 12.031/2024, observada a natureza do item;

### **Da Qualificação Técnica**

**9.13.** A comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto será feita mediante a apresentação de, ao menos, 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de materiais compatíveis em características com o objeto desta licitação;

**9.13.1.** A exigência deste atestado justifica-se pela necessidade de garantir que o fornecedor possui experiência mínima na logística, no armazenamento e no manejo de insumos agropecuários diversos (rações, sementes, mudas e corretivos). Tais itens exigem cuidados técnicos específicos, como:

**9.13.1.1.** Integridade Sanitária e Nutricional: No caso das rações, para evitar contaminações e garantir o aporte nutricional ao plantel de animais do IFTM;

**9.13.1.2.** Poder Germinativo e Pureza: No caso de sementes e mudas, que demandam controle rigoroso de temperatura, umidade e proteção contra pragas para garantir a viabilidade do plantio e das atividades acadêmicas;

**9.13.1.3.** Prazos de Validade e Acondicionamento: Itens que possuem perecibilidade acentuada e exigem transporte especializado para não comprometer a eficácia dos insumos;

**9.14.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**9.15.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**9.16.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**9.17.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- 9.18.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[
- 9.21.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.23.** Certidão Negativa de Insolvência Civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.24.** Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.25.** Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.26.** Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.
- 9.27.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.28.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.29.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 9.30.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## Disposições gerais sobre habilitação

- 9.31.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.32.** Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.33.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.34.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.35.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1.** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.675.042,96 (um milhão, seiscentos e setenta e cinco mil e quarenta e dois reais e noventa e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.
- 10.2.** Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 10.2.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 10.2.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
  - 10.2.3.** Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
  - 10.2.4.** Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2.** Por se tratar de Sistema de Registro de Preços – SRP para contratação deste objeto nos termos do Art. 17 do Decreto nº 11.462/2023, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização de contrato ou de outro instrumento hábil;
- 11.2.1.** Informa-se, a seguir, as ações que suportarão as futuras contratações objeto desse processo, ressaltando que as despesas envolvidas nesta aquisição não se enquadram em ações orçamentárias do tipo “Projeto”, e sim do tipo “Atividade”, não se caracterizando em ação geradora de despesa. O planejamento dos itens ocorreu pela seguinte ação orçamentária:
- Ação 20RL (Funcionamento) - Tipo de Atividade - 10.26413.12.363.5112.20RL (Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica).

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1.** As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável (Identificação conforme assinaturas dos responsáveis subscritas abaixo).

# 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

**Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021**

## 1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 20 (vinte) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, sendo a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
  - 1.3.1. Referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
  - 1.3.2. O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

## 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021 combinado com (c/c) o art. 22 do Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023 e da Orientação Normativa AGU nº 89/2024;
  - 2.1.1. O prazo de vigência da **contratação** (derivada da nota de empenho, contrato ou outro instrumento equivalente) será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura/emissão, independentemente do prazo de validade da Ata de Registro de Preços;
  - 2.1.2. Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, fica expressamente prevista a possibilidade de renovação do quantitativo inicialmente registrado, visando a continuidade dos suprimentos e o atendimento às necessidades da Administração, em conformidade com o entendimento fixado no Parecer nº 00015/2024/CPLC/SUBCONSU/PGF/AGU e no Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU /AGU (NUP 71000.062490/2024-61);
  - 2.1.3. A renovação dos quantitativos mencionada no item anterior não se confunde com acréscimos quantitativos (aditivos), tratando-se de nova disponibilização da cota integral para o novo período de vigência, observada a disponibilidade orçamentária e a manutenção das condições de habilitação pelo fornecedor.

## 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
  - 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
  - 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
  - 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
  - 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
  - 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
  - 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
  - 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
  - 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
    - 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

**3.1.9.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

**3.1.10.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**3.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**4.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**4.1.1.** Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada; quando necessário;

**4.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

**4.1.3.** Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**4.1.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**4.1.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**4.1.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**4.1.7.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

**4.1.7.1.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

**4.1.7.2.** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

**4.1.7.3.** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

**4.1.7.4.** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

**4.1.7.5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**4.1.8.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

**4.1.9.** Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

**4.1.10.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

**4.1.11.** Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

**4.1.12.** Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

**4.1.13.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

**4.1.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

**4.1.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

**4.1.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**5.1.** A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

**5.1.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

**5.1.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto;

**5.1.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**5.2.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**5.2.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**5.2.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**5.2.3.** Indenizações e multas.

**5.3.** A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**5.4.** A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

**6.1.** Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **7. ALTERAÇÕES**

**7.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.2.** O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

**7.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**7.4.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

**7.5.** Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. FORO**

**8.1.** Fica definido o Foro da Justiça Federal em Uberaba, Seção Judiciária de Minas Gerais para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

# **14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste instrumento, ..... (**identificar o Contratado**) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria IFTM nº 532 de 26/03/2025 - Reitoria.

### **LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA CARVALHO**

Coordenador de Planejamento Orçamentário, de Contratações e de Aquisições.



*Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 08:54:14.*

Despacho: Portaria DG-Ura nº 25 de 19/02/2025 - Campus Uberaba.

### **GLEISSON MARQUES GONCALVES COSTA**

Presidente da EPC.



*Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 09:24:39.*

Despacho: Portaria DG-Ura nº 25 de 19/02/2025 - Campus Uberaba.

### **FERNANDO DA SILVA ALMEIDA**

Vice-Presidente da EPC.



*Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 21:32:46.*

Despacho: Portaria DG-Ura nº 25 de 19/02/2025 - Campus Uberaba.

### **BRUNO BALDUINO BERBER FREITAS**

Membro da EPC.



*Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 10:33:31.*





## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP\_158099-000001-2026.pdf (155.35 KB)

## INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TRIA.MINEIRO

**Estudo Técnico Preliminar 1/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 23200.016582/2025-51

**2. Normativos que Disciplinam a Contratação**

A aquisição obedecerá aos preceitos de direito público e, em especial, as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.462/2023, do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (em sua última edição), dos demais dispositivos legais vigentes e, ainda, ficará subordinado às condições e exigências estabelecidas em Termo de Referência.

**3. Descrição da necessidade**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), especializada na oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), criada por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que também instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, da qual o IFTM é integrante. Ainda que vinculado ao MEC, o IFTM detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 11.892/2008. Historicamente, os Institutos Federais se originaram das Escola de Aprendizizes Artífices (EAA), criadas por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo então presidente Nilo Peçanha. Posteriormente as EAA foram transformadas em Liceus Industriais por meio da Lei nº 378/1937, que por sua vez se tornaram Escolas Industriais e Técnicas por meio do Decreto-Lei nº 4.127/1942. Em 1959 as Escolas Técnicas Federais (ETEC) se tornaram autarquias por meio da Lei nº 3.552/1959 e, posteriormente, a Lei nº 6.545 /1978 converte as ETEC nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), denominação que durou até a transformação em Institutos Federais conforme a Lei nº 11.892/2008.

A aquisição compartilhada deste objeto justifica-se para atender as demandas do planejamento geral, constituído de **ALIMENTOS PARA ANIMAIS, SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS - 2025+2026 (LISTA ÚNICA)**, destinados às atividades institucionais e seus objetivos, bem como contribuir para o cumprimento da missão do IFTM.

O objeto desta aquisição possui a necessidade de contratações frequentes, com entregas parceladas, sem a previsão da quantidade de demandas, a serem adquiridas por mais de um campus deste IFTM, conforme art. 3º, incisos I, II, III e V, do Decreto nº 11.462/2023.

A aquisição de alimentos para animais, sementes, mudas de plantas e insumos pelo IFTM é essencial para apoiar suas atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de agronomia, zootecnia e ciências agrárias. Esses materiais são fundamentais para a realização de experimentos científicos, práticas laboratoriais, produção de alimentos, estudos de melhoramento genético, conservação de espécies vegetais, e para promover o desenvolvimento rural sustentável. Além disso, contribuem para a formação de profissionais qualificados e para o desenvolvimento socioeconômico da região atendida pela instituição e obedecem ao princípio de indissociabilidade entre:

- Ensino: Esses materiais são utilizados em práticas laboratoriais, aulas práticas em campo e em projetos interdisciplinares, permitindo aos estudantes uma aprendizagem mais prática e aplicada, facilitando a compreensão dos conceitos teóricos;
- Pesquisa: São essenciais para a realização de experimentos científicos e estudos de campo, possibilitando o avanço do conhecimento científico em áreas como agronomia, zootecnia, biotecnologia agrícola, entre outras. Através desses insumos, os pesquisadores podem desenvolver novas técnicas, variedades vegetais mais resistentes e adaptadas, além de estudar estratégias para a melhoria da produção animal;
- Extensão: Permitem a realização de projetos de extensão que beneficiam diretamente comunidades rurais, promovendo práticas sustentáveis de agricultura e pecuária, capacitação de agricultores, conservação ambiental, entre outras ações que visam o desenvolvimento local.

Em suma, a aquisição desses materiais pelo IFTM é fundamental para promover uma formação acadêmica de qualidade, impulsionar a pesquisa científica e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde a instituição está inserida, ao passo em que também busca-se incentivar junto aos fornecedores práticas para primar pela utilização de materiais e equipamentos recicláveis, produtos com vida útil mais longa, que contenham menor quantidade de materiais perigosos ou tóxicos, que consuma menor quantidade de matérias-primas e energia, buscando desta forma um desenvolvimento sustentável.

Isto posto, entende-se haver contribuição do objeto em aquisição para o atendimento às finalidades e características dos Institutos Federais dispostas no Art. 6º da Lei 11.892/2008 e à entrega de uma educação pública, gratuita e de qualidade na formação de jovens mais qualificados, dotados de conhecimento e capacidade de gerar impactos e resultados positivos, tendo em vista as necessidades existentes para o desenvolvimento de um ensino

nacional de qualidade, que tem como foco também a inclusão, formação e capacitação pessoal, intelectual e profissional de seus colaboradores e demais usuários.

Este estudo foi desenvolvido de acordo com a IN SEGES nº 58/2022, para analisar a viabilidade da contratação e para levantar elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, visando atender de maneira satisfatória às necessidades da Administração.

## 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO, DAS CONTRATAÇÕES E DE AQUISIÇÕES	RONALDO EDUARDO DILÁSCIO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO	WILIAN SANTOS DE SOUZA

## 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A realização desta contratação visa atender as necessidades da Administração e observará os princípios da celeridade, da economicidade e da razoabilidade, justificando-se pela necessidade de aquisição de **ALIMENTOS PARA ANIMAIS, SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS**, conforme requisitos mínimos abaixo:

### 5.1. REQUISITOS LEGAIS

Os prováveis fornecedores serão empresas especializadas no mercado, certificados e habilitados para a comercialização do objeto em contratação, nos termos do presente documento, com registro nos órgãos competentes, quando cabível, e deverão atender às seguintes legislações:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar nº 155 /2016 - Institui o Estatuto Nacional da Micro empresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996, e 9.841, de 05 de outubro de 1999;
- Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as micro empresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, micro empreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
- Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001, que regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública;
- Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 - SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018, que estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal;
- Demais legislações pertinentes e disposições a serem estabelecidas no Temo de Referência, no Edital de Licitação, nos Anexos e no Instrumento Contratual.

### 5.2. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A empresa deve cumprir com as exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal, social e trabalhista, de qualificação econômico-financeira e declarar o pleno conhecimento das condições necessárias para a execução do objeto. Os documentos exigidos para fins de

habilitação poderão ser substituídos pelo registro cadastral no SICAF ou por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, na forma e no prazo estabelecidos em Edital. Nesse sentido, insta consignar que é de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas referenciados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

Quanto aos critérios de qualificação técnica, deve ser apresentado pelo fornecedor pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica em papel timbrado do emitente, em original ou cópia autenticada, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, dizendo respeito às contratações executadas ou que executa relacionadas ao objeto a ser licitado;

- A exigência deste atestado justifica-se pela necessidade de garantir que o fornecedor possui experiência mínima na logística, no armazenamento e no manejo de insumos agropecuários diversos (rações, sementes, mudas e corretivos). Tais itens exigem cuidados técnicos específicos, como:
  - **Integridade Sanitária e Nutricional:** No caso das rações, para evitar contaminações e garantir o aporte nutricional ao plantel de animais do IFTM;
  - **Poder Germinativo e Pureza:** No caso de sementes e mudas, que demandam controle rigoroso de temperatura, umidade e proteção contra pragas para garantir a viabilidade do plantio e das atividades acadêmicas;
  - **Prazos de Validade e Acondicionamento:** Itens que possuem perecibilidade acentuada e exigem transporte especializado para não comprometer a eficácia dos insumos;

Deverão ser observadas exigências específicas de acordo com a natureza do item, conforme abaixo:

- No fornecimento dos itens nº 01 a 52:
  - O disposto no Decreto nº 12.031, de 28 de maio de 2024, o qual regulamenta a Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974, e a Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal; e Instrução Normativa nº 22/2009 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como em todas as suas atualizações e alterações;
- Para fornecimento dos itens nº 53 a 71 e nº 75:
  - O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981; da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021; demais normas supervenientes e alterações;
- Para fornecimento dos itens nº 77 a 85 e 89 a 136:
  - O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação, o Comprovante o de Inscrição no RENASEM (Registro Nacional de Sementes e Mudanças), como produtor ou comerciante de sementes e mudas, nos termos do art. 8º da Lei 10.711, de 05 de agosto de 2003 (e alterações), a qual dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças (SNSM), garantindo a identidade e a qualidade do material de multiplicação vegetal produzido, comercializado e utilizado no Brasil.

Adicionalmente, deverão ser observadas as normas específicas para aquisição de ração, em especial, Lei nº 6.198, de 1974, Lei nº 14.515, de 2022 e Decreto nº 12.031, de 2024. Essas normas estão compiladas no portal da internet do MAPA, disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-pecuarios/alimentacao-animal/legislacao-alimentacao-animal>;

Nos termos da Lei nº 14.515, de 2022, “*o agente deverá garantir que seus produtos e serviços atendam aos requisitos de inocuidade, de identidade, de qualidade e de segurança estabelecidos na legislação relativa à defesa agropecuária*” (art. 4º), *com vistas a obter produtos que atendam aos padrões de qualidade e que não apresentem risco à saúde animal, à segurança e ao interesse do consumidor, o que se aplica a “todos os agentes regulados pela legislação relativa à defesa agropecuária, incluídos aqueles fiscalizados pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios e por consórcio de Municípios”*;

Os produtos destinados à alimentação animal deverão atender aos parâmetros e aos limites microbiológicos, físico-químicos, de resíduos de produtos de uso veterinário, contaminantes e outros estabelecidos em Decreto e em normas complementares editadas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e aos níveis de garantia registrados ou declarados pelo estabelecimento fabricante (art. 45 do Decreto nº 12.031, de 2024);

Os produtos deverão ser armazenados e transportados devidamente rotulados com todas as informações obrigatórias e em condições que garantam a integridade física das suas embalagens (art. 48 do Decreto nº 12.031, de 2024);

Todo produto deverá ser cadastrado, isento ou registrado. O produto isento de registro elaborado no território nacional deverá ter sua fórmula, seu rótulo e sua embalagem aprovados, previamente à sua elaboração, pelo responsável técnico do estabelecimento fabricante, no âmbito de seus programas de autocontrole, e atender ao RTIQ e a demais normas específicas, quando aplicáveis (art. 49 do Decreto nº 12.031, de 2024);

Os produtos cujo destino for a exportação e que tenham sido submetidos a processos tecnológicos ou que apresentem composição permitida pelo país de destino, mas que não atendam ao disposto na legislação nacional, não poderão ser destinados ao uso ou ao consumo no território nacional (art. 53 do Decreto nº 12.031, de 2024);

Os produtos deverão ser acondicionados ou embalados em recipientes ou contentores que confirmam a proteção necessária, atendidas as características específicas do produto e as condições de armazenamento e transporte (art. 58 do Decreto nº 12.031, de 2024). Em regra, as embalagens para comercialização de produtos deverão ser de primeiro uso e íntegras (art. 59);

As embalagens de produtos importados destinados à comercialização no território nacional deverão conter rótulo em língua portuguesa, observadas as exigências estabelecidas em Decreto e em normas complementares editadas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, e poderão constar outros idiomas na embalagem (art. 60 do Decreto nº 12.031, de 2024);

Todo produto, para ser destinado à comercialização, deverá ser identificado, embalado e rotulado conforme o disposto em Decreto e em normas complementares editadas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (art. 61 do Decreto nº 12.031, de 2024). Os rótulos deverão ser utilizados somente nos produtos aos quais correspondam. As informações expressas na rotulagem deverão retratar com exatidão a verdadeira natureza, a composição e as características do produto;

Devem ser observadas as disposições específicas do art. 64 do Decreto nº 12.031, de 2024, a respeito da rotulagem dos produtos.

### 5.3. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

Os materiais a serem adquiridos enquadra-se na categoria de bens comuns, uma vez que possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021.

Dessa maneira, os fornecedores serão selecionados por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA com uso concomitante do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (sem contrato), uma vez que o objeto desta aquisição possui a necessidade de contratações frequentes, com entregas parceladas e por não ser possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado por mais de um campus do IFTM, conforme art. 3º, incisos I, II, III e V, do Decreto nº 11.462/2023.

#### 5.3.1. DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (IRP)

Nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 9º do Decreto nº 11.462, de 2023, a adoção do Sistema de Registro de Preços pressupõe, como regra geral, a divulgação da intenção de registro. Em caso de negativa de divulgação, é obrigatória a justificativa no ETP. Optou-se pela não divulgação da presente IRP pelos motivos abaixo apresentados:

1. Reduzida Capacidade de Gerenciamento: Ausência de estrutura administrativa satisfatória e reduzida capacidade de gerenciamento das Atas de Registro de Preços;
2. Necessidade de Celeridade do Procedimento Licitatório: Necessidade de realização e conclusão célere deste procedimento licitatório, o que não seria possível caso houvesse a divulgação da IRP, o que poderia culminar na participação de outros órgãos da Administração Pública, levando esta instituição a qualidade de órgão gerenciador, o que demanda maior tempo na realização das atividades e alongamento do prazo de conclusão;

A Lei 14.133/2021, em seu Art. 86 §1º, admite a dispensa da intenção de registro de preços quando o órgão for o único contratante:

*[...]Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.*

*§ 1º O procedimento previsto no caput deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante."*[...]

Conforme estabelece o Decreto nº 11.462/2023:

*[...]Art. 7º Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:*

*I - Realizar procedimento público de intenção de registro de preços - IRP e, quando for o caso, estabelecer o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento."*[...]

#### 5.3.2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)

A adesão à ARP não será permitida nesta contratação, conforme justificativa abaixo:

A vedação à adesão encontra amparo no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, que determina que o SRP deve ser planejado estrategicamente, evitando contratações desordenadas que possam comprometer a eficiência da gestão. Dessa forma, não permitir IRP e adesões assegura que a contratação seja exclusiva para o IFTM, prevenindo riscos operacionais e garantindo um modelo de contratação focado, eficiente e alinhado às diretrizes da Administração Pública Federal.

#### 5.4. VIGÊNCIA

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP) é de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021 combinado com (c/c) o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 e da Orientação Normativa AGU nº 89/2024;

O prazo de vigência da **contratação** (derivada da nota de empenho, contrato ou outro instrumento equivalente) será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura/emissão, independentemente do prazo de validade da Ata de Registro de Preços;

Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, fica expressamente prevista a possibilidade de renovação do quantitativo inicialmente registrado, visando a continuidade dos suprimentos e o atendimento às necessidades da Administração, em conformidade com o entendimento fixado no Parecer nº 00015/2024/CPLC/SUBCONSUG/PAG/AGU e no Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU (NUP 71000.062490/2024-61);

A renovação dos quantitativos mencionada no item anterior não se confunde com acréscimos quantitativos (aditivos), tratando-se de nova disponibilização da cota integral para o novo período de vigência, observada a disponibilidade orçamentária e a manutenção das condições de habilitação pelo fornecedor.

#### 5.5. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Deve ser observado e aplicado, no que couber, os artigos 5º e 6º da INSTRUÇÃO NORMATIVA SLTI /MPOG nº 01/2010, art. 3º da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 2014 editada pelo SLTI/MPOG, o Decreto nº 7.746/2012 e também o GUIA NACIONAL DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA AGU (ÚLTIMA EDIÇÃO).

Complementarmente, o processo licitatório para aquisição de materiais deverá considerar diretrizes de sustentabilidade, que considerem os seguintes aspectos:

- Menor impacto sobre recursos naturais;
- Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- Maior vida útil e menor custo de manutenção.

Não obstante, para a realização de procedimento de licitação sustentável, serão adotados 04 passos gerais:

- Avaliar a necessidade da contratação e a possibilidade de reuso/redimensionamento ou aquisição pelo processo de desfazimento;
- Planejamento da contratação para escolha de bem ou serviço com parâmetros de sustentabilidade;
- Análise do equilíbrio entre os princípios licitatórios da isonomia, da vantajosidade e da sustentabilidade;
- Sustentabilidade na gestão e fiscalização do contrato, bem como gestão dos resíduos;

De acordo, ainda, com o GUIA NACIONAL DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA AGU (ÚLTIMA EDIÇÃO), também deverão ser seguidos os requisitos abaixo:

- Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.
  - Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.
- São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:
  - Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
  - Lançamento *in natura* a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
  - Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
  - Outras formas vedadas pelo poder público.
- Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, e Instrução Normativa nº 1 de 25/01/2013 – IBAMA;
  - Estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1 de 25/01/2013;
  - Possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;
  - Possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.
- A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá:
  - Elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;

- Adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;
  - Informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.
- A contratada observará o disposto no Decreto nº 12.031, de 28 de maio de 2024, o qual regulamenta a Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974, e a Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal; e a Instrução Normativa nº 22/2009 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como em todas as suas atualizações e alterações;
  - Fornecerá o Comprovante de Registro do Fabricante do Produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (em todos os produtos relacionados), acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981; da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021; demais normas supervenientes e alterações;
  - Fornecerá o Comprovante de Inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudanças (RENASEM), como produtor ou comerciante de sementes e mudas, nos termos do art. 8º da Lei 10.711, de 05 de agosto de 2003, a qual dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças (SNSM), garantindo a identidade e a qualidade do material de multiplicação vegetal produzido, comercializado e utilizado no Brasil.

## 5.6. MARGEM DE PREFERÊNCIA

Nenhum item relacionado ao objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência, prevista no Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024 conforme disposto na Resolução da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS/MGI) nº 8, de 31 de março de 2025, a qual alterou a Resolução SEGES/CICS-MGI nº 4, de 18 de outubro de 2024, publicada nº DOU de 22 de outubro de 2024, que especifica os produtos manufaturados nacionais que serão objeto de margens de preferência normal e adicional nas licitações realizadas no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. A consulta detalhada consta no relatório acostado aos autos do processo.

## 5.7. TRANSIÇÃO CONTRATUAL

Pelas características da contratação, onde não há transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas empregadas, não há a necessidade de transição contratual.

## 5.8. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

O fornecimento dos materiais será realizado de forma **parcelada**, mediante solicitações efetuadas pelos campi participantes durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

O prazo de entrega de cada solicitação é de **20 (vinte) dias**, contados do recebimento da respectiva Nota de Empenho (NE), devendo ser efetuado em **remessa única**, dentro do horário de expediente, nos endereços informados em item específico do Termo de Referência;

Caso não seja possível a entrega no prazo assinalado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

Assim, para que ocorra a prorrogação do prazo de entrega, o licitante vencedor deverá solicitar formalmente o pedido de dilação do prazo de entrega, junto a Coordenação de Almoxarifado do Campus solicitante, conforme relação constante do Termo de Referência, que analisará caso a caso viabilidade de dilação ou não do prazo. O não cumprimento destas exigências poderá implicar na aplicação das penalidades previstas no edital.

## 5.9. VALIDADE

No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

## 5.10. DO ÍNDICE DE REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS



Para o reajustamento dos preços a ser adotado no Termo de Referência, sugere-se o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, pelas razões que seguem:

O IPCA é empregado em contratos da administração pública com o propósito de assegurar a atualização dos valores em conformidade com a inflação, preservando, assim, o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste e prevenindo ônus tanto para o poder público quanto para a empresa contratada. O IPCA reflete a variação de preços de um conjunto de produtos e serviços consumidos pela população, constituindo-se em um indicador fidedigno da inflação geral no âmbito nacional.

Benefícios da Aplicação do IPCA:

- **Equilíbrio Econômico-Financeiro:** O IPCA contribui para a manutenção do equilíbrio contratual, mediante a correção dos valores para que espelhem a flutuação dos custos de produção e dos serviços objeto do contrato;
- **Justiça e Transparência:** A utilização de um índice oficial e amplamente reconhecido como o IPCA assegura que o montante pago pela administração pública seja justo e condizente com a realidade de mercado, elidindo práticas de fraude e favorecimento;
- **Prevenção de Prejuízos:** A correção monetária baseada no IPCA obsta que a empresa contratada incorra em perdas financeiras decorrentes da inflação, bem como impede que o poder público efetue pagamentos de valores defasados, o que poderia ocasionar dificuldades orçamentárias;
- **Simplicidade e Clareza:** O IPCA é um índice de fácil compreensão e cálculo, o que simplifica sua aplicação nos contratos e mitiga a ocorrência de dúvidas e controvérsias.

Em síntese, o IPCA configura-se como um instrumento crucial para garantir a estabilidade e a isonomia nos contratos da Administração Pública, ao mesmo tempo em que resguarda os interesses do ente público e das partes contratadas.

## 5.11. DEMAIS REQUISITOS

A contratação deve observar ainda, no que couber, as OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, elencadas nos modelos da AGU, como segue:

- O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
  - 1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
  - 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## 5.12. RELEVÂNCIA DOS REQUISITOS ELECADOS

As relevâncias dos requisitos não restringirão a quantidade de fornecedores, não sendo necessário a flexibilização ou retirada de critérios já existentes no modelo atual de contratação.

## 6. Levantamento de Mercado

Conforme levantamento realizado pela Equipe Permanente de Planejamento da Contratação (EPC) de Estudo Técnico Preliminar (ETP) e pela Coordenação de Planejamento Orçamentário, de Contratações e de Aquisições (CPlan), foram consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades com objetivo de identificar a existência de novas tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, sendo consideradas no estudo da solução objetivada. Para esta contratação não foram identificadas situações específicas, ou casos de complexidade técnica do Objeto, que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos materiais serem considerados comuns.

Com base em Pregões já realizados pelo IFTM, referente ao mesmo objeto de compra, pode-se inferir que no mercado existem as soluções propostas, além de serem fornecidas por um número de fornecedores que garante a participação de várias empresas e consequentemente a ampla concorrência.

Assim, a contratação dos materiais ora requeridos pela área demandante, foi identificada como a alternativa mais viável por ter excelente custo/benefício e ser fornecido facilmente por diversos fornecedores, possuindo natureza comum, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021.

Com relação à forma de aquisição, identificou-se as seguintes soluções para atendimento da necessidade apontada:

- **Solução 1:** Obtenção dos insumos dentro das dependências da instituição, por meio de produção com recursos já existentes;
- **Solução 2:** Participação em IRP em parceria com outros Órgãos, seja em procedimentos licitatórios em andamento, seja via Adesão de Registro de Preço em procedimentos concluídos;
- **Solução 3:** Pregão eletrônico para registro de preço realizado pelo IFTM, com vigência de ata por um período de 12 meses, com possibilidade de prorrogação, a ser realizado para atendimento das demandas conjuntas dos campi.

A partir das soluções apresentadas avaliou-se as seguintes considerações:

- A **Solução 1** se mostra impraticável, devido às limitações territoriais, financeiras, humanas somadas às características produtivas específicas necessárias à manufatura dos insumos ora requeridos.
- A **Solução 2** de participar de Intenções de Registro de Preços (IRP) ou realizar adesões ("caronas") mostra-se inviável e temerária para o presente processo por três motivos principais:
  - **Ineficiência Administrativa e Ônus Processual:** A busca por atas que contemplem a totalidade dos itens necessários exigiria uma pesquisa exaustiva e incerta no SIASG/PNCP. Em vez de um certame único e célere, a Administração teria de gerir múltiplos processos de adesão e participação simultâneos, gerando um custo operacional superior ao benefício da economia de escala esperada;
  - **Risco de Heterogeneidade e Incompatibilidade Técnica:** Os objetos pretendidos possuem especificações técnicas detalhadas para atender às particularidades deste Órgão. A adesão a atas de terceiros obrigaria a Administração a aceitar especificações definidas por outros entes, o que pode resultar na aquisição de itens que não atendem plenamente à necessidade pública ou que apresentam incompatibilidade com o planejamento já existente;
  - **Comprometimento do Planejamento e da Gestão Contratual:** A dispersão da demanda em diversos processos de adesão dificultaria a gestão e o controle do fornecimento, além de impossibilitar a padronização dos itens. A realização de um certame próprio assegura que o cronograma de entrega e as cláusulas de penalidade e fiscalização estejam estritamente alinhados ao interesse desta Unidade Administrativa, em observância ao princípio da segregação de funções e da eficiência.

- **A Solução 3** é a mais indicada pela equipe de planejamento de contratação, para o quantitativo demandado e levando-se em consideração a relação de aspectos como economicidade, eficácia, eficiência e padronização, tendo sido identificado que o mercado tem a amplitude necessária para que a contratação seja plenamente realizada, mediante pregão eletrônico para registro de preços, possibilitando, ainda, ganhos de economia de escala.

## 7. Descrição da solução como um todo

Trata-se da aquisição de **ALIMENTOS PARA ANIMAIS, SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS** para consumo em um ano de ata vigente, cujos prováveis fornecedores serão empresas especializadas no mercado e habilitados para a venda dos respectivos insumos, conforme planejamento realizado pelos diversos centros de custos do IFTM, lançado diretamente no MPLAN e servirão também de insumos para as aulas práticas das disciplinas relacionadas dos cursos do IFTM.

Os itens a serem adquiridos são essenciais para apoiar atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de agronomia, zootecnia e ciências agrárias, sobretudo para a realização de experimentos científicos, práticas laboratoriais, produção de alimentos, estudos de melhoramento genético, conservação de espécies vegetais, e para promover o desenvolvimento rural sustentável. Além disso, contribuem para a formação de profissionais qualificados e para o desenvolvimento socioeconômico da região atendida pela instituição. Por se tratarem de bens de caráter comum, no mercado existem as soluções propostas e viáveis, além de serem fornecidas por um número de fornecedores que garante a participação de empresas e consequentemente a concorrência, bem como não há a necessidade de exigências específicas de manutenção e assistência técnica.

A contratação do objeto por meio do processo licitatório de pregão eletrônico com o emprego do registro de preço, com aquisições parceladas no número de vezes que a Administração achar adequado para o uso correto do orçamento e o armazenamento mínimo com risco de perda aproximado de zero, é o modo que trará a maior segurança de execução do objeto, pois neste procedimento licitatório os fornecedores cotam os produtos a serem entregue no campus com todos os encargos inclusos, quais sejam:

- Mão de obra;
- Transporte;
- Seguros;
- Impostos;
- Taxas;
- Frete;
- Carga e descarga de mercadoria;
- Embalagens; e
- Quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.

Tem-se como fator positivo, também, a possibilidade de empenho e entregas parceladas, que garante uma maior segurança com relação ao uso adequado do orçamento, pois é analisado antes de cada empenho o cenário atual do órgão e do mundo. Além disso, o parcelamento é uma forma de diminuir o espaço necessário para acondicionamento de produtos, minimizando o uso de galpões e almoxarifados. Desta forma a aquisição por item individualizado, fracionando compras na quantidade necessária para o atendimento das atividades é a solução adequada para as aquisições pelo IFTM.

Complementarmente, insta consignar que os itens a serem adquiridos no Presente Processo (p.p.) não estão contemplados no Catálogo Eletrônico de Padronização, instituído pela Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022.

Entretanto, enfatiza-se que o IFTM possui Gestão de Banco de Itens com metodologia implantada para as diversas atividades relacionadas como: padrão para solicitar cadastro, padrão para descrever itens de forma técnica, vínculo de itens dos cadastrados com os códigos do SIASG, entre outras. À medida que o item do presente processo for incluído no catálogo, adotar-se-á a sua utilização, sempre que o item atender à demanda da Instituição.

### 7.1. DO FORNECIMENTO DOS ITENS

- A Contratada deverá:
  - Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação do material a ser entregue;
  - Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
  - Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
  - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
  - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
  - Comunicar à Contratante qualquer anormalidade que vier a ocorrer na execução do objeto e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

- Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender as normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes.
  - Nenhum material adquirido poderá ser recondicionado, remanufaturado ou de segunda mão.
- Não há obrigatoriedade de a Administração adquirir os materiais em sua quantidade total, considerando que são apenas quantidades estimadas.
- Os materiais a serem entregues deverão estar em conformidade com todas as especificações constantes neste Termo de Referência, com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e, ainda, coadunadas nas cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes, bem como atender a todas as disposições legais e regulamentares dos órgãos fiscalizadores, a respeito da comercialização dos respectivos produtos.
  - No ato de entrega será observado, para os materiais que assim o exijam, o devido registro no órgão competente, bem como adequação técnica, às normas estabelecidas pelo IBAMA, MAPA e ANVISA, no que couber.
- Os produtos relativos aos itens nºs 1 a 45 deverão ser entregues embalados e rotulados, conforme determina a Instrução Normativa 22 /2009 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e suas alterações posteriores.
- No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses ou 2/3 (dois terços) do prazo total recomendado pelo fabricante.
- Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
  - A aceitação do objeto somente será considerada definitiva após análise do material pelo almoxarifado, auxiliado por um técnico, que ensejará o seu recebimento ou a sua rejeição perante o fornecedor (alíneas “a” e “b” do inciso II c/c § 1º do Artigo 140 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).
- Face à operacionalização do sistema SIAFI, para efetivação da Nota de Empenho, serão consideradas duas casas decimais para os preços unitários.
- Ao apresentar proposta para o item, o fornecedor deverá certificar da real possibilidade e garantia de sua entrega atendendo fielmente suas especificações, quantidades e valores.
- Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos de transporte, carga, seguro, impostos, taxas, frete, embalagens e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens desta Licitação.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O objeto desta aquisição possui a necessidade de contratações frequentes, com entregas parceladas, conforme quantidade mínima prevista em cada item, a serem adquiridas por mais de um campus deste IFTM.

A Solicitação Consolidada de Itens com a numeração de controle: 2025/168 do Módulo de Planejamento (MPlan) que servirá de base para abertura do certame é composta de 144 (cento e quarenta e quatro) itens diferentes, oriundos do planejamento dos centros de custos das unidades:

- 1 - REITORIA: 3 (três) itens;
- 2 - CAMPUS UBERABA: 96 (noventa e seis) itens;
- 3 - CAMPUS ITUIUTABA: 60 (sessenta) itens;
- 4 - CAMPUS UBERLÂNDIA: 47 (quarenta e sete) itens;
- 5 - CAMPUS AVANÇADO CAMPINA VERDE: 19 (dezenove) itens, Conforme quantitativos descritos no documento referenciado e juntado aos autos do processo.

A estimativa das quantidades a serem contratadas, foi realizada considerando o consumo provável anual dos setores demandantes deste IFTM e lançado diretamente pelos diversos centros de custos dos CAMPI/REITORIA no MPLAN e posteriormente aprovados por seus dirigentes máximos (DIRETORES-GERAIS/REITOR).

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.674.684,84

O preço estimado da contratação é de R\$ 1.674.684,84 (um milhão, seiscentos e setenta e quatro mil e seiscentos e oitenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), nos termos da NOTA TÉCNICA nº 02/2026-CPLAN/EPC/ETP-MAT-URA anexa.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

De acordo com art. 40, V, alínea b, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o parcelamento em licitações para compras, efetuadas pela administração, é recomendado perante a comprovação de viabilidade técnica e vantagem econômica.

Segundo a Súmula nº 247, do Tribunal de Contas da União:

*[...] "É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade." [...]*

Nesse contexto, os centros de custos solicitantes necessitarão dos materiais na exata medida de seu consumo rotineiro e periódico. Outro fator importante para a aquisição e entregas parceladas é a não formação de estoques nos almoxarifados das unidades do IFTM, evitando desperdícios e perdas de produtos. Como se trata de licitação conjunta, observa-se que haverá ganho de escala à medida que quanto maior a quantidade licitada menor será o preço unitário.

Portanto, no caso concreto, verifica-se que os itens encontram-se previamente parcelados na sua menor unidade divisível, cujas demandas individuais dos CAMPI e REITORIA para cada item devem ser somados para fins de licitação, com critério de julgamento de menor preço por item, adjudicando-se item a item mediante consideração dos aspectos legais.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes no IFTM, com relação ao objeto em questão. As outras listas conjuntas do mesmo objeto contêm itens diferentes, o que não gera relação de dependência entre elas.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

No que diz respeito aos instrumentos de planejamento, ressalta-se que a contratação dos serviços, viabilizada por meio da presente licitação, está inserida no planejamento anual de compras deste Instituto, conforme planejamento/consolidação com numeração de controle: 2025/168 do MPLAN, bem como no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) e no Plano de Contratações Anual (PCA), sendo o Documento de Formalização da Demanda (DFD) nº 2/2026 do sistema Compras.gov.br, ambos juntados aos autos do respectivo processo.

Ademais, ressalta-se que as demandas do campus fazem parte das ações voltadas ao atingimento das metas institucionais, alinhada ao PDI 2024/2028, conforme abaixo:

- PERSPECTIVA: DOS ESTUDANTES E SOCIEDADE => OBJETIVO: AMPLIAR A OFERTA E A QUALIDADE DO ENSINO, FORTALECENDO AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO CONSIDERANDO A LEI DE CRIAÇÃO DOS IFs.

Ademais, nos termos do art. 7º da Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, a contratação objeto do presente estudo está alinhada ao Plano Diretor de Logística Sustentável – PLS da Instituição.

## 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se obter os benefícios diretos e indiretos que o órgão almeja com a contratação, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais.

Como se trata de uma licitação conjunta, a economicidade se concretiza no valor reduzido dos itens devido a economia de escala gerada no processo licitatório. Além disso, em face do uso do SRP, o órgão não está obrigado legalmente a adquirir toda a quantidade do certame, evitando gastos e estoques desnecessários.

A aquisição dos materiais demandados atenderá as necessidades pedagógicas e institucionais dos Campi do IFTM, primando pelo atendimento à comunidade acadêmica e pelo cumprimento às diretrizes de desenvolvimento institucional estabelecidas no planejamento estratégico. Além disso, espera-se a promoção de espaços adequados, equipados e de melhor qualidade, com vistas a garantia das práticas pedagógicas à seus usuários, no que for possível e atingível, dentre objetivos propostos pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro.

Em termos práticos, de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos do IFTM, espera-se com esta aquisição, no mínimo, os seguintes efeitos:

- Atender as necessidades do departamento solicitante;

- Propiciar melhoria nos ambientes produtivo e acadêmico;
- Contribuir e oportunizar maior eficiência para as atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição;
- Melhorar a estrutura do campus com vistas à promoção do bem estar da comunidade acadêmica e do ensino público, gratuito e de qualidade;
- Garantir que as atividades acadêmicas tenham materiais/serviços adequados às suas necessidades e menos dispendiosos;
- Dotar os setores produtivos dos insumos necessários; e
- Fornecer elementos que contribuam com a formação de jovens mais qualificados, dotados de conhecimento e capacidade de gerar impactos e resultados positivos.

## 14. Providências a serem Adotadas

Com relação à adequação dos ambientes, cada campus deverá providenciar local adequado para o armazenamento dos insumos de acordo com a quantidade planejada da requisição mínima e máxima por compra, de modo que a instituição possa programar/revisar antecipadamente suas rotinas operacionais.

Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

Em geral, o impacto ambiental está diretamente ligado a cadeia produtiva, iniciada pela extração de matérias-primas, produção, transporte de materiais, execução, geração e descarte de resíduos, uso, manutenção, vida útil, desmontagem, consumo de água e energia.

A observância de ações mitigadoras de impacto ambiental pela Contratada proporciona benefícios, como a redução de descartes de materiais no meio ambiente e menor quantidade de recursos para suas atividades, contribuindo para consolidação dos conceitos de sustentabilidade à realidade das práticas executivas, como o reuso de materiais descartados, eficiência energética, menor geração de resíduos e maior velocidade no processo de produtivo.

A seleção dos materiais em um processo sustentável tem um papel primordial, pois nesta fase são tomadas decisões que impactam de modo positivo ou negativo todo o ciclo de vida do produto final, portanto, quanto mais duráveis melhor. Esta associação, com a harmonização adequada de materiais e processos a algumas práticas, poderá atingir bons resultados no aspecto sustentável do meio ambiente e ecologia, podendo no que couber, ser utilizados com eficiência também nos serviços ora requeridos.

Por fim, com relação a adoção de políticas, práticas e/ou critérios de sustentabilidade estabelecidos pelo GUIA NACIONAL DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA AGU (ÚLTIMA EDIÇÃO), a Administração, ao analisar tal instrumento, encontrou uma miríade de elementos que devem ser observados pelos licitantes, sem prejuízo daqueles estabelecidos por legislação específica e normativas vigentes. Por esta razão, recomenda-se enfaticamente a observância aos critérios e práticas de sustentabilidade previstos no item 5.5 do presente estudo.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando os apontamentos apresentados nos Estudos Técnicos Preliminares, a necessidade da aquisição e a viabilidade econômica desta para a Administração Pública, declaramos viável esta contratação com base neste estudo, consoante o inciso XIII, art 9º da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de Agosto de 2022.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA CARVALHO**

Coordenador de Planejamento Orçamentário, de Contratações e de Aquisições.



*Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 09:41:41.*

Despacho: Portaria DG-Ura nº 25 de 19/02/2025 - Campus Uberaba.

**GLEISSON MARQUES GONCALVES COSTA**

Presidente da EPC.



*Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 08:43:50.*

Despacho: Portaria DG-Ura nº 25 de 19/02/2025 - Campus Uberaba.

**FERNANDO DA SILVA ALMEIDA**

Vice-Presidente da EPC.



*Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 14:58:07.*

Despacho: Portaria DG-Ura nº 25 de 19/02/2025 - Campus Uberaba.

**BRUNO BALDUINO BERBER FREITAS**

Membro da EPC.



*Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 10:00:10.*

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO  
MINEIRO CAMPUS UBERABA**

Processo Administrativo nº 23200.016582/2025-51  
Ata de Registro de Preços nº 90014/2026

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO – Campus Uberaba, com sede na Rua João Batista Ribeiro, 4.000, Distrito Industrial II – CEP: 38.064-790, na cidade de Uberaba/MG, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 10.695.891/0003-63, neste ato representado Diretor Geral Bruno Pereira Garcês, nomeado(a) pela Portaria nº 08 de 02 de janeiro de 2024, publicada no DOU de 03 de janeiro de 2024, portador da matrícula funcional nº 1964861, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90014/2026, processo administrativo n.º 23200.012509/2025-19, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **alimentos para animais, sementes, mudas de plantas e insumos** especificados no Termo de Referência, anexo do edital de licitação n.º 90014/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) estão no anexo da Ata de Registro de Preços.

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será o(a) Campus Uberaba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.



3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Órgãos Participantes	Unidade
IFTM Campus	Campus Avançado Campina Verde
IFTM Campus	Campus Ituiutaba
IFTM Campus	Campus Reitoria
IFTM Campus	Campus Uberlândia

#### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

#### 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor

deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente ata foi lavrada em arquivo digital, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelas partes e disponibilizado interessados no sítio eletrônico do IFTM (<http://www.iftm.edu.br/licitacoes/>) ou pelo acesso ao processo eletrônico nº **23200.016582/2025-51** (<http://www.iftm.edu.br/protocolo/>).

*Assinado eletronicamente*

## Anexo

### Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

**ANEXO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO ELETRÔNICO Nº:**

<b>LICITANTE:</b>					
<b>CNPJ:</b>		<b>TEL./FAX:</b>			
<b>ENDEREÇO:</b>				<b>BAIRRO:</b>	
<b>CIDADE:</b>			<b>ESTADO:</b>		<b>CEP:</b>
<b>CONTATO:</b>			<b>E-MAIL:</b>		
<b>BANCO:</b>		<b>AGÊNCIA:</b>		<b>CONTA CORRENTE:</b>	

**DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA / MODELO	QUANTIDADE										UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
			REI	URA	Av. UPT	UDI	UDI CENTRO	PTM	PCT	ITU	PTC	Av. CV			
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR															

Uberaba – MG, .....de.....de 2021.

Razão social da Contratada  
CNPJ da Contratada  
Nome do representante da Contratada  
CPF do Representante da Contratada

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberaba <Nome do Diretor Getal ou Substituto Legal> <Diretor Geral ou Substituto do Diretor Geral>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro  
<Nome do Reitor ou Substituto Legal>  
<Reitor(a) ou Substituto do Reitor(a)>

**Testemunhas:**

1) Nome:

CPF:

2) Nome:

CPF: